



Relatório de Sustentabilidade 2018

Foto Capa: Central de recebimento de embalagens em Rondonópolis, MT.



Sobre o relatório

GRI 102-50, GRI 102-51, GRI 102-52, GRI 102-53, GRI 102-54, GRI 102-56

Este relatório foi elaborado de acordo com a GRI *Standards*: opção essencial. Seu conteúdo engloba as informações relativas ao inpEV e a suas seis unidades de gerenciamento próprio (centrais), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018. Com ciclo de emissão anual, o último relato publicado abrangia o ano de 2017.

Para definir seu conteúdo, o inpEV realizou em 2017, um processo de elaboração de Matriz de Materialidade, com base em uma consulta a seus *stakeholders*. O relatório foi estruturado de acordo

com os temas que surgiram como os mais relevantes nessa matriz, apresentados no capítulo "Temas materiais do inpEV".

Somente as demonstrações financeiras aqui publicadas foram submetidas à verificação externa (auditoria), realizada pela *PricewaterhouseCoopers* (PwC). O relatório do auditor independente sobre esse tema integra o Relatório de Sustentabilidade (para mais informações, acesse o capítulo "Anexos").

Em caso de dúvidas, comentários, críticas ou sugestões sobre este relatório, contate o canal Fale Conosco pelo e-mail faleconosco@inpev.org.br ou pelo site do inpEV, <http://inpev.org.br/fale-conosco/>.



Índice

04

Mensagem
do diretor-
presidente

06

O inpEV

16

O Sistema
Campo
Limpo

22

Temas
materiais do
inpEV

44

Sumário de
Conteúdo
da GRI
Standards

52

Anexos

87

Créditos

Mensagem do diretor-presidente

GRI 102-14, GRI 102-15

O INPEV ENCERROU 2018 COM MUITAS CONQUISTAS A COMEMORAR, APESAR DO CENÁRIO DESAFIADOR ENCONTRADO AO LONGO DO ANO. Atingimos um marco importante: a destinação ambientalmente adequada de 500 mil toneladas de embalagens de defensivos agrícolas, desde o início das operações do Sistema Campo Limpo, em 2002. Pautados por uma atuação de excelência e fomentando a integração dos diversos elos da cadeia agrícola – agricultores, indústria fabricante, canais de distribuição e poder público –, mantemos uma estrutura consonante com o crescimento da agricultura brasileira, compartilhamos o conhecimento adquirido ao longo da jornada, os princípios e procedimentos que nos trouxeram até aqui.

NO ÚLTIMO ANO ATINGIMOS NOSSOS OBJETIVOS COM A DESTINAÇÃO CORRETA DE 44.261 TONELADAS DE EMBALAGENS VAZIAS. BEM ESTRUTURADO E MADURO, O SISTEMA ESTÁ PREPARADO PARA RECEBER E DESTINAR CORRETAMENTE 100% DAS EMBALAGENS COLOCADAS NO MERCADO BRASILEIRO. Resultado consistentemente atingido nos últimos anos, em 2018 foram adequadamente destinadas cerca de 94% das embalagens plásticas primárias (que entram em contato direto com o produto) comercializadas no país.

O inpev também está engajado na destinação adequada de sobras pós-consumo, que eventualmente tenham

permanecido na posse dos agricultores. Em 2018, o Instituto deu continuidade ao seu projeto de recebimento desse tipo de material nas unidades do Sistema Campo Limpo, encerrando o ano com 103 centrais e 101 postos aptos para essa atividade. Foram destinadas, no último ano, 99,8 toneladas de sobras pós-consumo.

2018 também apresentou desafios e talvez o maior deles foi a greve dos caminhoneiros, que trouxe importantes impactos ao inpev, uma vez que nossas atividades estão diretamente ligadas à logística. A administração dos problemas operacionais diretamente decorrentes da paralisação e os efeitos de custo derivados da nova tabela de fretes estabelecida exigiram do inpev esforços e dedicação para a mitigação dos impactos.

SEMPRE ABRAÇANDO AS OPORTUNIDADES DE APERFEIÇOAMENTOS DE GESTÃO E DE PROCESSOS, NO ÚLTIMO ANO O INPEV TRABALHOU EM DIVERSOS PROJETOS DEDICADOS A GANHOS DE EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE, como a mudança no processo de limpeza de rótulos e bulas das embalagens plásticas rígidas, que passarão a ter uma limpeza automatizada feita por nossos recicladores parceiros, gerando ganho operacional e redução de custos; o projeto de reciclagem de embalagens rígidas não-lavadas, em substituição à incineração e a reestruturação da área de Suprimentos, que passou a contar com uma ferramenta de *Strategic Sourcing* que permite mais controle e eficiência nos processos de compras.

O inpEV também tem investido nos campos da segurança do trabalho e de processos. Cada uma de nossas unidades de recebimento de embalagens é gerida com todos os cuidados necessários, do ponto de vista ambiental, de segurança e higiene. Recentemente, o inpEV passou a refletir sobre a importância de realizar uma gestão mais centralizada e integrada dessa estrutura, em busca de ganhos de eficiência, redução de custos e maior segurança para todos os elos da cadeia. Iniciadas em 2018, essas discussões já estão avançadas e esperamos evoluir rapidamente nesse sentido em um futuro próximo.

Todo esse trabalho não apenas nos traz resultados concretos como rende o reconhecimento da sociedade, inspirando outras ações inovadoras e ajudando a difundir ainda mais as melhores práticas de logística reversa. ASSIM, FOI COM SATISFAÇÃO QUE EM 2018 O INPEV ESTEVE PRESENTE NO EVENTO CROPLIFE CHINA PARA APRESENTAR SUAS BEM-SUCEDIDAS EXPERIÊNCIAS DE RECEBIMENTO E RECICLAGEM DE EMBALAGENS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS. Além disso, o Sistema Campo Limpo foi reconhecido como case de sucesso na obra *Economia Circular*, que trata desse conceito tão importante para enfrentar os desafios da sustentabilidade no mundo contemporâneo.

É com esse horizonte de melhoria contínua, e convencidos da importância de nosso trabalho para uma atividade produtiva que une eficiência e adequação às necessidades ambientais, que celebramos nossos resultados de 2018 e aguardamos um 2019 certos de novas conquistas.



“ Em 2018 atingimos um marco importante para o inpEV: a destinação ambientalmente adequada de 500 mil toneladas de embalagens de defensivos agrícolas ”

João Cesar M. Rando
DIRETOR-PRESIDENTE

O inpEV

GRI 102-1, GRI 102-2, GRI 102-3, GRI 102-4, GRI 102-5, GRI 102-6

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) é uma instituição sem fins lucrativos fundada em 2001 pela indústria fabricante de defensivos agrícolas para promover a correta destinação das embalagens pós-consumo desse tipo de produto em todo o território nacional, em atendimento às determinações da Lei Federal n.º 9.974/00¹.



Nas centrais de recebimento as embalagens são separadas, prensadas e enfardadas antes de seguirem para a reciclagem ou incineração.



Sediado em São Paulo, atua como núcleo de inteligência do Sistema Campo Limpo (SCL) – programa brasileiro de logística reversa de embalagens vazias ou contendo sobras pós-consumo de defensivos agrícolas.

Com uma composição que agrega mais de cem empresas fabricantes de defensivos agrícolas e entidades que representam o setor, distribuidores e agricultores, a criação do inPEV possibilitou integrar os diferentes elos da cadeia agrícola e o setor público, orientando o ciclo das embalagens pós-consumo desde o campo até a sua correta destinação. Ainda, conforme previsto em legislação, o Instituto promove ações de conscientização e educação ambiental sobre o tema, responsabilidade compartilhada com os distribuidores e o poder público.

1. A Lei Federal n.º 9.974/00 modificou a Lei n.º 7.802/89 e estabeleceu os princípios para o manejo e a destinação ambientalmente correta das embalagens vazias de defensivos agrícolas a partir de responsabilidades compartilhadas entre todos os agentes da produção agrícola: agricultores, canais de distribuição e cooperativas, indústria e poder público.

Missão, Visão e Valores

GRI 102-16



Missão

Contribuir para a conservação do meio ambiente e do Sistema Campo Limpo, por meio da gestão autossustentável da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários e da prestação de serviços na área de resíduos sólidos, com envolvimento e integração de todos os elos da cadeia produtiva agrícola.



Visão

Ser reconhecido mundialmente como centro de excelência na destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários, como referência na prestação de serviços na área de resíduos sólidos, e tornar-se autossustentável no Brasil.



Valores

- **Atitude integradora:** é a característica de liderança do Instituto, a valorização do trabalho em equipe, a integração dos elos da cadeia e a disseminação do conhecimento.
- **Inovação:** é dinamismo, empreendedorismo, criatividade e superação de desafios que posicionam o inpEV como referência mundial na logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas.
- **Integridade:** é ter o comportamento pautado pela ética, respeito às diferenças, transparência em todas as ações realizadas, e veracidade das informações.
- **Responsabilidade socioambiental:** é a razão de ser do Instituto, que atua como núcleo de inteligência do Sistema Campo Limpo.
- **Segurança:** é o zelo pelo bem-estar e integridade física de nossos colaboradores e de todos os envolvidos no Sistema Campo Limpo, bem como a proteção de informações e do patrimônio.

Governança corporativa

GRI 102-18

Coerente com os valores que orientam sua atuação e comprometido com os pilares que sustentam seu papel como núcleo de inteligência do Sistema Campo Limpo, o inpEV busca as melhores práticas de mercado para sua gestão. Com um estatuto social que reitera a necessidade de atenção aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da igualdade, sua estrutura de governança corporativa é composta pela Assembleia Geral de Associados, Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

A Assembleia Geral integra os associados do inpEV, fabricantes de defensivos agrícolas, e entidades que representam os diversos elos da cadeia do setor. Ela se reúne duas vezes por ano para validar a estratégia do Instituto e avaliar seu desempenho.

O Conselho Diretor é composto por cinco representantes de empresas associadas contribuintes (eleitos em Assembleia Geral),

oito representantes de entidades associadas e pelo diretor-presidente do Instituto. O órgão é responsável, entre outras atribuições, por assegurar o cumprimento do estatuto social do inpEV e zelar pela proteção de seu patrimônio, pelo cumprimento das leis e pelo estreitamento da relação entre os elos da cadeia.

As entidades que representam os elos da cadeia agrícola no Conselho Diretor participam das decisões e têm a responsabilidade de replicar informações e deliberações sobre o Sistema Campo Limpo, além de agregar conhecimento e orientações para o bom funcionamento deste.

O Conselho Fiscal do inpEV, que tem como objetivo apoiar e fiscalizar as outras instâncias de governança, é formado por membros eleitos em Assembleia Geral. Em 2018, esses membros foram a Arysta e a FMC.

Por fim, a Diretoria Executiva do inpEV é responsável pela condução da gestão, pela implementação da estratégia e pelo desempenho do Instituto. Ela é liderada pelo diretor-presidente, que é um profissional independente (sem vínculo com as empresas associadas), nomeado pelo Conselho Diretor.

O modelo de gestão do Instituto baseia-se em normas rígidas de auditoria e controle.

COMO PARTE DE SEU COMPROMISSO DE TRANSPARÊNCIA COM AS EMPRESAS E ENTIDADES ASSOCIADAS E COM OS DEMAIS ELOS DA CADEIA, O INPEV DIVULGA ANUALMENTE O RESULTADO DE SUAS ATIVIDADES E OPERAÇÕES, SEGUNDO NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE, COM A ORIENTAÇÃO DE AUDITORES EXTERNOS E O PARECER DO CONSELHO FISCAL.

Conselho Diretor – Empresas

Basf S.A.

Roberto Melo Araújo
Mauricio do Carmo Fernandes

Bayer S.A.

Gerhard Bohne
Alessandra Fajardo

Dow AgroSciences Industrial Ltda.

Adriano Pescarmona
Felipe Bissoli

Iharabras S.A. Indústrias Químicas

Gustavo Urdan
Juliano Justo

Syngenta Proteção e Cultivos Ltda.

Jorge Buzzetto
José Pelaquim

Conselho Diretor - Entidades

Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Luiz Antonio Beltrati Conacchioni
Luiz Antonio Pinazza

Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos (AENDA)

Túlio Teixeira de Oliveira

Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV)

Salvino Camarotti
Henrique Mazotini

Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF)

Mario Von Zuben

Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA)

Fabricio Morais Rosa

Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Daniel Kluppel Carrara
José Eduardo Brandão Costa

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Evaristo Câmara Machado Netto
Renato Nobile

Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG)

Silvia de Toledo Fagnani
Fernando Marini

Embalagens compactadas e organizadas em pallets para envio à destinação final.



Comitês de apoio e Conselho Nacional de Centrais

Em sua governança, o inpEV conta ainda com os comitês temáticos e com o Conselho Nacional de Centrais, que juntos somam conhecimento e apoiam as decisões da liderança.

- **Comitê Tributário:** formado por profissionais do inpEV, e por consultores externos, facilita o alinhamento dos participantes do Sistema Campo Limpo com temas fiscais, tributários e societários.
- **Comitê de Logística:** discute medidas para aprimorar processos e tecnologias de logística reversa, no âmbito do Sistema Campo Limpo.
- **Comitê Trabalhista:** debate questões relacionadas aos profissionais alocados na sede do inpEV em São Paulo e nas unidades de recebimento gerenciadas diretamente pelo Instituto, bem como às equipes das demais unidades de

recebimento do Sistema Campo Limpo, em apoio aos gestores dessas unidades.

- **Conselho Nacional de Centrais:** grupo multidisciplinar formado por gerentes de centrais, tem entre suas funções demandas gerais do Sistema Campo Limpo e a divulgação das melhores práticas para os conselhos regionais, atuando em apoio à administração do inpEV.

Grupos de trabalho

Os grupos de trabalho são comitês que têm uma atuação fundamental para o andamento de algumas atividades.

- **Comitê de Aprovação de Artefatos:** avalia, controla e aprova a fabricação de artefatos a partir das embalagens vazias provenientes do Sistema Campo Limpo.
- **Comitê de Embalagens:** avalia as novas tendências, o ciclo de vida das embalagens e as inovações do setor.

Código de Conduta

GRI 102-16, GRI 205-2, GRI 412-2

O Código de Conduta do inpEV busca explicitar seus princípios, valores e missão, orientando as ações de seus colaboradores e direcionando a postura do Instituto face aos diferentes públicos de relacionamento. O documento procura ainda definir alguns preceitos voltados à difusão de conhecimento e ao fomento da cooperação entre todos os elos da cadeia agrícola que integram o sistema de destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas.

Todos os funcionários do inpEV, recebem uma cópia do Código de Conduta no momento de sua contratação. O documento também está disponível para todos os

públicos, em português, no site do Instituto (inpEV.org.br).

O Código de Conduta passou por atualização em 2017, seguida da realização de treinamentos referentes ao documento para todos os colaboradores do Instituto. Em 2018, o treinamento foi oferecido a todos os novos funcionários, no momento da integração, abrangendo todas as questões tratadas no Código, como não discriminação, igualdade de gênero, ambiente de trabalho adequado, política anticorrupção, política concorrencial e responsabilidade socioambiental. No último ano foram dedicadas 42 horas em treinamentos relativos ao Código de Conduta.

Colaboradores que receberam treinamento referente ao Código de Conduta, por categoria funcional, em 2018

Categoria funcional	Número total de colaboradores	Número de colaboradores que receberam treinamento	Percentual de colaboradores que receberam treinamento
Diretores	1	0	0%
Gerentes	9	2	22%
Coordenadores	19	4	21%
Supervisores	4	0	0%
Administrativos	22	7	32%
Operacionais	23	4	17%
Aprendizes	3	3	100%
Estagiários	2	1	50%
Total	83	21	25%

Colaboradores que receberam treinamento referente ao Código de Conduta, por região, em 2018

Região	Número total de colaboradores	Número de colaboradores que receberam treinamento	Percentual de colaboradores que receberam treinamento
Sudeste	63	16	25%
Centro-Oeste	9	3	33%
Sul	6	2	33%
Nordeste	5	0	0%
Total	83	21	25%

Compromissos e desempenho 2018

	Unidade	Meta	Desempenho
Embalagens vazias destinadas*	T	44.200	44.261
Escolas participantes do Programa de Educação Ambiental Campo Limpo (PEA)	nº	2.380	2.462
Centrais com atividades do Dia Nacional do Campo Limpo	nº	100	107
Centrais recebendo sobras pós-consumo**	nº	110	103

* No Relatório de Sustentabilidade 2017 foi publicado que a meta de destinação de embalagens vazias para 2018 era de 44.700 toneladas. Ao longo do ano, essa meta foi revisada e alterada para 44.200 toneladas.

** Em 2018, a meta de centrais recebendo embalagens com sobras pós-consumo não foi atingida em decorrência das dificuldades relacionadas à obtenção das licenças necessárias a essa operação em algumas localidades.

Principais ações e reconhecimentos em 2018



Lançamento do livro *Economia Circular*

O Sistema Campo Limpo foi um dos temas tratados pela obra *Economia Circular*, Um modelo que dá impulso à economia, gera empregos e protege o meio ambiente, tema que surge como resposta para os principais desafios da sustentabilidade. O livro foi organizado por Carlos Odhe, da *Sinctronics Green IT Innovation Center*, e lançado em 2018.

Assinatura de Termo de Compromisso no estado de São Paulo

Em 2018, foi reafirmado o Termo de Compromisso para a logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas no estado de São Paulo.

Evento da *CropLife China*, em Pequim

O inpEV participou, em 2018, de um *workshop* promovido pela *CropLife China*, em Pequim, dedicado à difusão das melhores práticas mundiais de descarte e reciclagem de embalagens de defensivos agrícolas.

Tax & Logistics Network Design, em São Paulo

No final de 2018, o inpEV esteve presente na *Tax & Logistics Network Design*, evento promovido pela Deloitte, em São Paulo, que reuniu especialistas para apresentar oportunidades e compartilhar experiências sobre eficiência logística e redução da carga tributária.

Destques

2018

GRI 301-3

Mais de **500**
mil toneladas

de embalagens vazias destinadas
corretamente desde 2002



93%

do material recebido pelo Sistema
Campo Limpo **retornou ao ciclo
produtivo como matéria-prima,**
o que corresponde ao percentual de
embalagens passíveis de reciclagem



44,3 mil
toneladas

de embalagens vazias
destinadas ao longo do ano

99,8
toneladas

de embalagens com sobras
pós-consumo destinadas pelo
Sistema Campo Limpo



110 centrais e 301 postos

de recebimento de embalagens vazias compõe o Sistema Campo Limpo

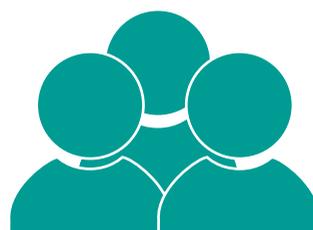
103 centrais e 101 postos

aptos para o recebimento de sobras pós-consumo de defensivos agrícolas



Mais de 14 mil participantes

do curso de Educação a Distância do Sistema Campo Limpo, por meio da plataforma *on-line*



77 mil participantes

das atividades do Dia Nacional do Campo Limpo



230 mil alunos participantes do Programa de Educação Ambiental (PEA) Campo Limpo

O Sistema Campo Limpo

Sistema Campo Limpo é o programa brasileiro de logística reversa de embalagens vazias, ou contendo sobras pós-consumo, de defensivos agrícolas, cujo núcleo de inteligência é o inpEV.

Fachada da central recebimento de embalagens em Rondonópolis, MT.



O Sistema abrange todas as regiões do país e tem como base o conceito de responsabilidade compartilhada por agricultores, fabricantes, canais de distribuição e poder público, conforme a Lei Federal n.º 9.974/00 e seu Decreto Regulamentador n.º 4.074/02.

A atuação do Sistema Campo Limpo é um modelo de sucesso reconhecido internacionalmente. Se as embalagens fossem abandonadas no ambiente ou descartadas inadequadamente, poderiam comprometer o solo, as águas superficiais e os lençóis freáticos. A capilaridade das ações do Sistema, sua excelência na articulação entre os diferentes agentes da cadeia produtiva agrícola e a destinação ambientalmente adequada de 94% das embalagens plásticas primárias comercializadas fizeram do Brasil uma referência mundial.

Além de garantir uma ampla cobertura e diferentes modalidades de recebimento (ver p. 20 e 21), o Sistema Campo Limpo está em aperfeiçoamento constante, o que é fundamental no contexto de grande dinamismo da agricultura e do agronegócio brasileiros, que têm crescido acima da média de outros setores produtivos. Com a expansão da fronteira agrícola, a modernização do cultivo a capacidade de ampliar e aperfeiçoar sua atuação é crucial para que o Sistema possa garantir a adequada gestão dos resíduos.

93% do material recebido pelo Sistema Campo Limpo em 2018 retornou ao ciclo produtivo como matéria-prima de outros produtos. Isso corresponde ao percentual de embalagens recicladas: embalagens plásticas que tenham sido corretamente lavadas após a utilização no campo, tampas, embalagens de papelão e embalagens metálicas. As embalagens não laváveis (cerca de 5% do total comercializado) e aquelas que não tenham sido devidamente lavadas pelos agricultores foram encaminhadas para incineradores credenciados.

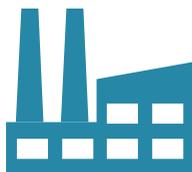
Responsabilidades compartilhadas



- **Agricultores:** lavar, inutilizar e armazenar temporariamente as embalagens, conforme orientações técnicas; devolver no local indicado na nota fiscal de venda e guardar o comprovante de devolução (fornecido pela unidade de recebimento) por um ano.



- **Canais de distribuição (revendas e cooperativas):** indicar na nota fiscal o local para devolução da embalagem pós-consumo; manter locais para a devolução; receber e armazenar adequadamente o material; emitir comprovante de devolução aos agricultores; educar e conscientizar produtores sobre a importância de seguir os procedimentos corretos e participar da logística reversa.



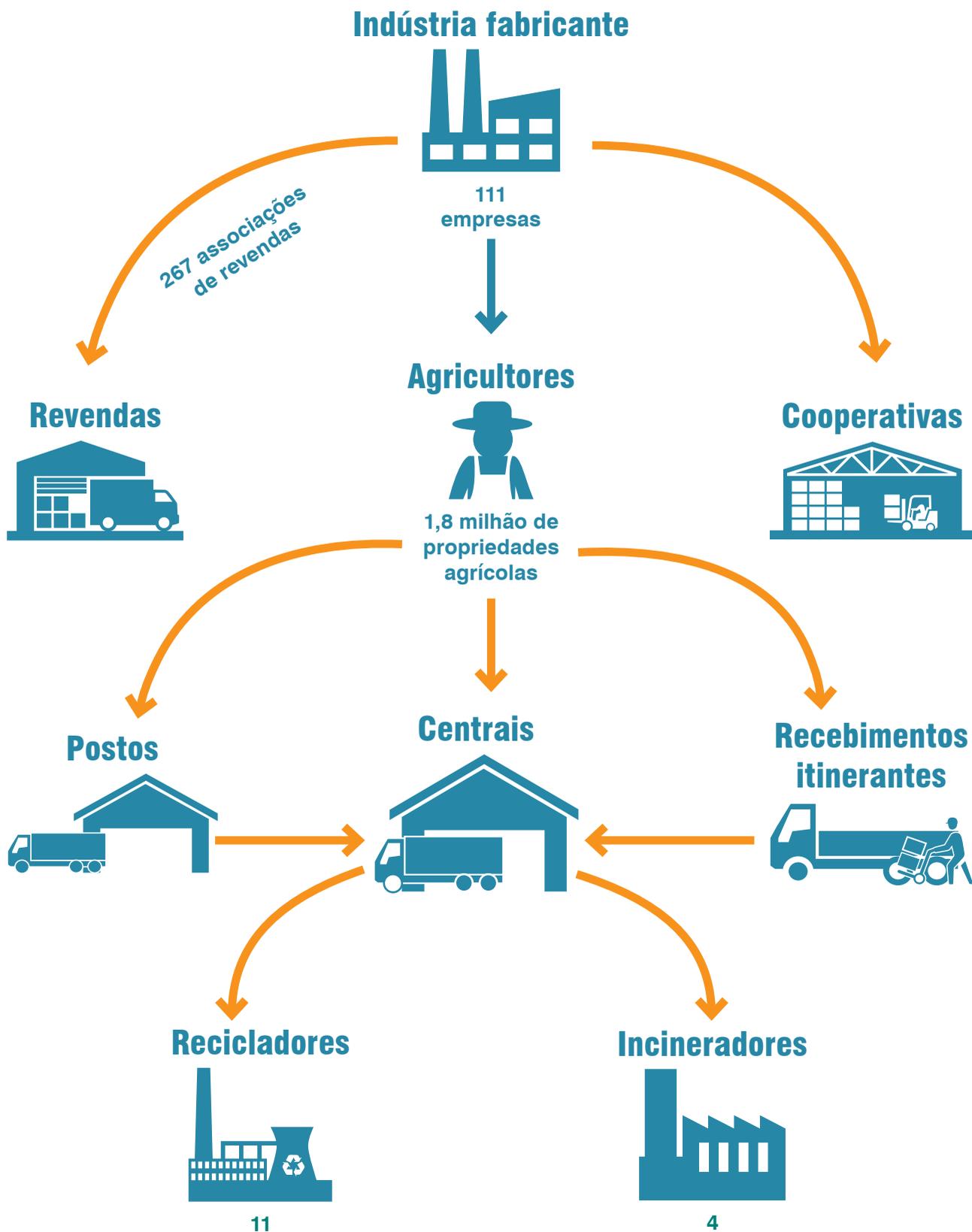
- **Indústria fabricante (representada pelo inpEV):** retirar as embalagens armazenadas nas unidades de recebimento; dar a correta destinação ao material (reciclagem ou incineração); educar e conscientizar produtores sobre a importância de seguir os procedimentos corretos e participar da logística reversa.



- **Poder público:** fiscalizar o cumprimento das atribuições legais dos diferentes agentes; conceder licenciamento às unidades de recebimento; educar e conscientizar produtores sobre a importância de seguir os procedimentos corretos e participar da logística reversa.

Fluxo do Sistema Campo Limpo

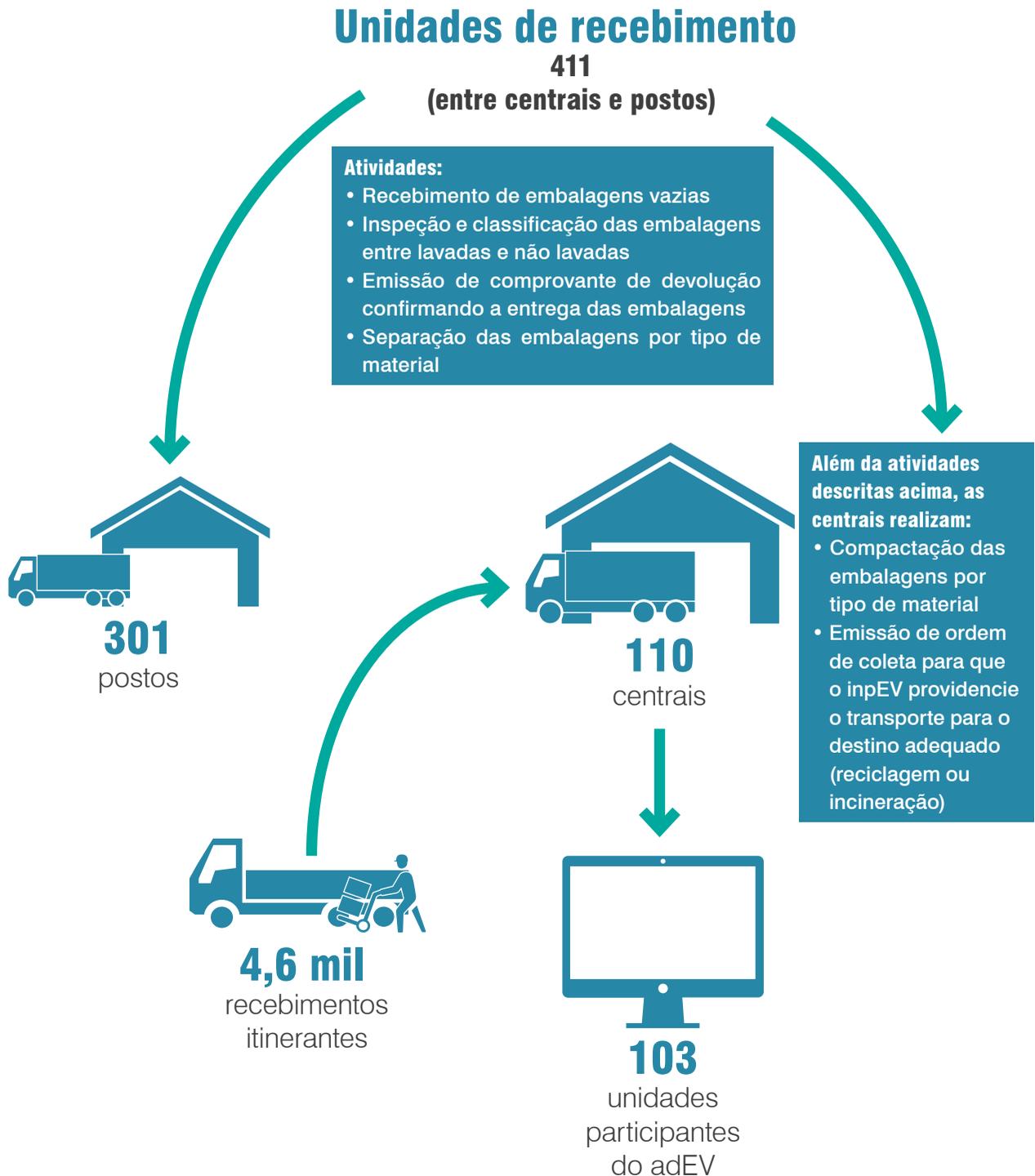
GRI 102-7, GRI 102-9



Unidades de recebimento

GRI 102-7, 102-9

Em 2018 o Sistema Campo Limpo contava com 411 unidades de recebimento, distribuídas por todo Brasil. Cada uma delas – denominada central ou posto, conforme o porte e o tipo de serviço prestado – segue normas técnicas específicas e passa por um processo de licenciamento ambiental para receber as embalagens e sobras pós-consumo.



- **Centrais:** estruturas responsáveis pelo recebimento, separação e processamento das embalagens vazias, para envio à destinação adequada.
- **Postos:** estruturas menores que as centrais, aptas a receber as embalagens vazias e separá-las, enviando-as em seguida às centrais.
- **Recebimento itinerante:** unidade volante para o recebimento de embalagens vazias em regiões mais distantes das unidades fixas de recebimento.
- **Agendamento de Devolução de Embalagens Vazias (adEV):** sistema que permite aos agricultores programar as devoluções das embalagens vazias ou contendo sobras pelo computador ou por meio de um dispositivo móvel.

Embalagens destinadas pelo Sistema Campo Limpo

GRI 306-2

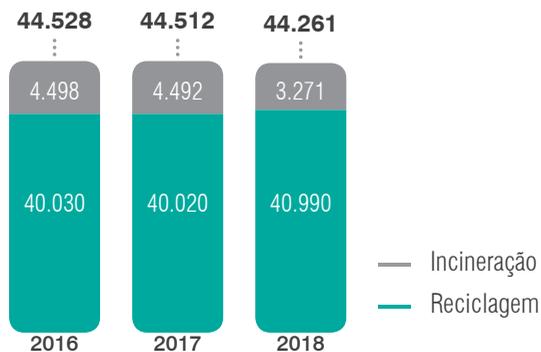
• Embalagens vazias de defensivos agrícolas

Em 2018, foram destinadas 44.261 toneladas de embalagens vazias de defensivos agrícolas pelo Sistema Campo Limpo, sendo 93% delas destinadas à reciclagem e 7% à incineração, atingindo a meta estabelecida para o ano de 44.200 toneladas. Em adição ao material destinado, ao final do ano encontravam-se nos estoques das centrais de recebimento do Sistema 8.640 toneladas de embalagens devolvidas pelos agricultores, aguardando encaminhamento para seu destino final.

Para 2019 a meta é dar a destinação ambientalmente adequada a 43.500 toneladas de embalagens vazias. Esse número reflete mudanças no perfil das embalagens, que tem

reduzido a quantidade de materiais empregados em sua fabricação. É importante ressaltar que o Sistema Campo Limpo está preparado para receber e dar o destino ambientalmente adequado à 100% das embalagens colocadas no mercado pela indústria.

Embalagens destinadas, segundo o destino (t)



• Embalagens com sobras pós-consumo

As embalagens com sobras pós-consumo são enviadas exclusivamente para incineração. Em 2018, foram destinadas 99,8 toneladas de produtos impróprios.



Temas materiais do inpEV

GRI 102-40, GRI 102-42, GRI 102-43, GRI 102-44, GRI 102-46, GRI 102-47

A Matriz de Materialidade de uma organização indica os temas que são relevantes tanto para seus *stakeholders* (públicos de relacionamento) quanto para sua alta gestão, refletindo assim a percepção externa que se tem dela e sua realidade cotidiana.



A matriz do inpEV apresenta oito temas materiais, ou seja, temas considerados relevantes para todos os públicos de relacionamento do Instituto, são eles: Expansão das operações; Ecoeficiência operacional; Inovação e tecnologia; Desenvolvimento humano; Diálogo e cooperação *multistakeholder*; Educação e conscientização; Logística; e Viabilidade econômica.

Para defini-los, foi adotado um processo de elaboração organizado em três etapas: identificação, priorização e validação estratégica. Na primeira etapa, de identificação, foram listados temas relevantes para o negócio por meio da análise de documentos (diretrizes internas, estudos setoriais e materialidade anterior) e da revisão, com a equipe de gestores, dos principais impactos, públicos envolvidos e áreas. Em seguida, na etapa de priorização, foram realizadas entrevistas externas, internas e consulta *on-line* com gestores, funcionários e associados. Por fim, a última etapa consistiu na validação estratégica da lista de temas materiais com a diretoria do inpEV.

Ao longo de todo esse processo, os públicos consultados pelo inpEV foram seu diretor-presidente, os gestores do Instituto, especialistas externos, colaboradores e associados. Esses públicos foram definidos considerando-se o grau de influência do inpEV sobre eles e seu impacto sobre o Instituto.

Nos próximos capítulos, serão apresentados os principais projetos e ações do inpEV desenvolvidos em 2018, correlacionados a cada tema material.

Expansão das operações

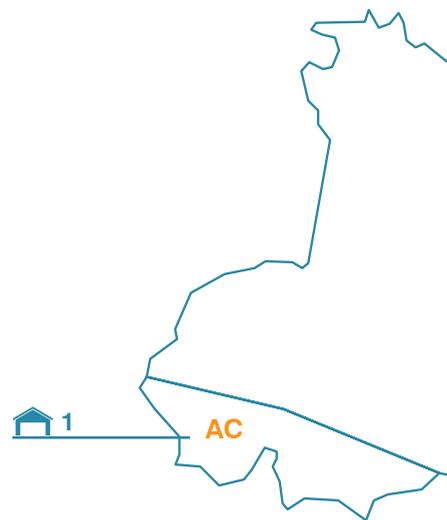
GRI 102-10, GRI 103-2, GRI 103-3

A estrutura do Sistema Campo Limpo é fundamental para garantir sua atuação adequada. Em 2018, o Sistema encerrou o ano com 110 centrais e 301 postos (em 2017, eram 111 centrais e 298 postos). Neste ano, o inpEV manteve as 6 centrais que já geria no ano anterior: Taubaté – SP, Unaí – MG, Uruçuí – PI, Alto Parnaíba – MA, Boa Vista do Incra – RS e Rondonópolis – MT.

Recebimento de sobras pós-consumo

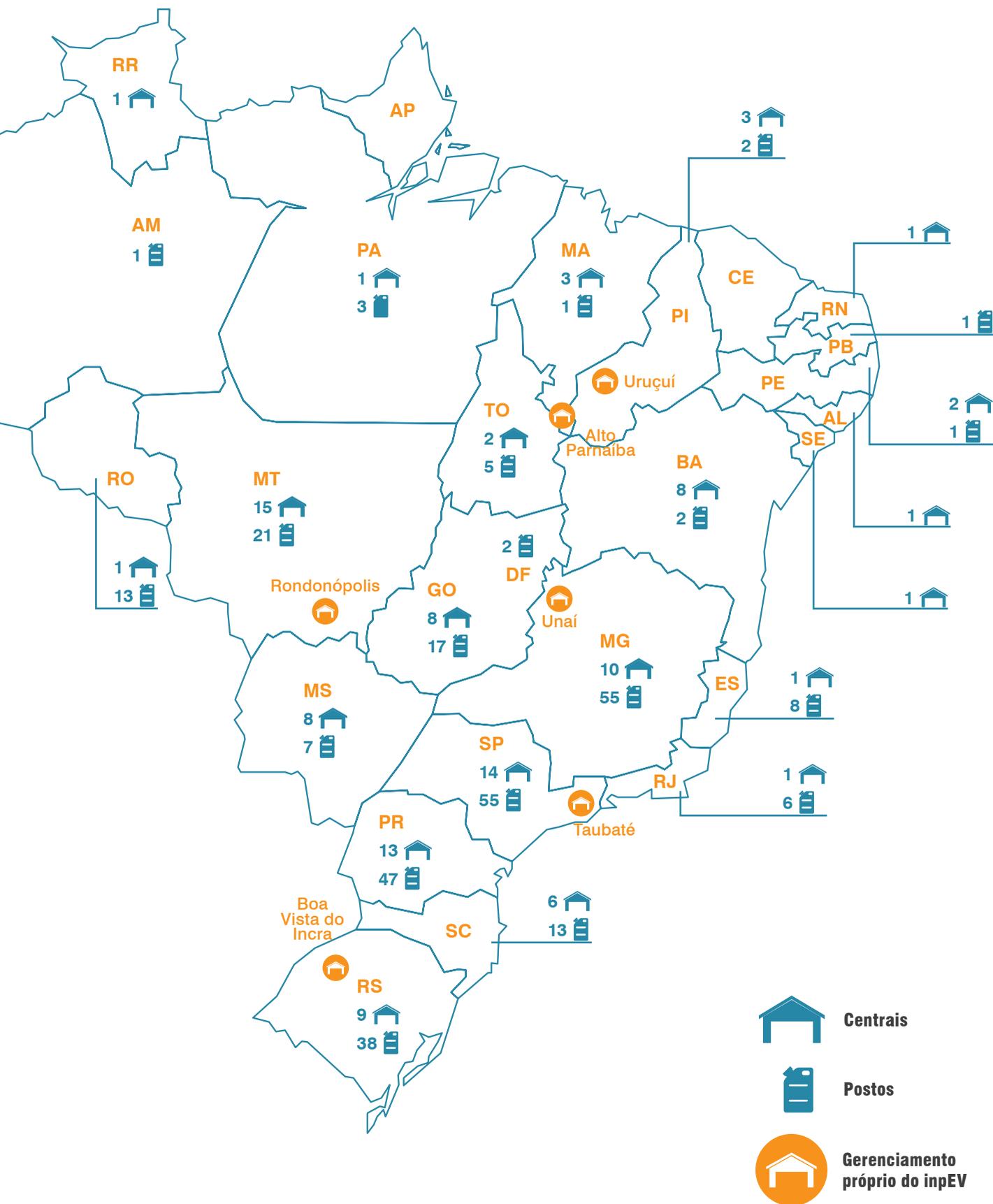
As embalagens contendo sobras pós-consumo, referem-se a eventuais sobras de defensivos agrícolas, fabricados e comercializados regularmente no Brasil e registrados nos órgãos competentes, que estejam em poder dos agricultores com data de validade vencida ou avaria que impossibilite seu uso. O recebimento desse tipo de material diferencia-se do recebimento de embalagens vazias, requerendo cuidados específicos.

Desde 2015, o Sistema Campo Limpo vem realizando adequações físicas em suas unidades para receber esse tipo de material, incluindo a definição de um espaço específico para seu armazenamento, conforme exigência da Resolução Conama n.º 465/14. As unidades que não são geridas pelo inpEV recebem orientações do Instituto durante todo o processo de adequação, tanto no que diz respeito à adaptação da infraestrutura, como aos procedimentos de operação e licenciamento.



Para 2018, a meta do inpEV era que todas as centrais do Sistema Campo Limpo estivessem aptas a receber sobras pós-consumo, porém ela não foi alcançada em razão das dificuldades na obtenção de licenças para a realização das obras ou para o início da operação. Assim, o Sistema encerrou o ano com 103 centrais e 101 postos aptos para o recebimento. No ano foram destinadas 99,8 toneladas de sobras pós-consumo.

As autoridades legais contam com o apoio do inpEV, em ações pontuais, para a disposição final de produtos impróprios e/ou defensivos agrícolas obsoletos (estes são definidos como produtos proibidos por lei desde 1985 em todo o território nacional, segundo Portaria n.º 329 do Ministério da Agricultura). Em 2018, foram destinadas 16 toneladas de produtos impróprios e obsoletos em ações pontuais com o governo; desde de 2005, já foram mais de 880 toneladas destinadas em parceria com os estados. Nessas operações, em especial, as unidades de recebimento não são utilizadas.



Ecoeficiência operacional

GRI 103-2, GRI 103-3

Ecoeficiência do Sistema Campo Limpo

(GRI 305-5)

O Sistema Campo Limpo tem sua ecoeficiência avaliada todos os anos por meio de um estudo de análise de ciclo de vida realizado pela Fundação Espaço Eco (espacoeco.org.br) e acompanhado pela área de Sustentabilidade do inpEV. Estabelecendo uma comparação entre o cenário constatado no momento do estudo e um cenário hipotético em que o Sistema não exista, como ocorria até 2002, o estudo tem consistentemente concluído que o Sistema Campo Limpo é a alternativa mais ecoeficiente para o recebimento e a destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas no Brasil.

Um destaque relacionado à eficiência energética em 2018 foi a instalação, em outubro, de um sistema fotovoltaico na central de Unaí, MG. Com a mudança, foi constatada uma redução de 88% no consumo de energia elétrica na unidade, nos meses de novembro e dezembro do último ano, se comparado com o mesmo período do ano anterior.

De 2002 a 2018, o Sistema Campo Limpo contribuiu para:

Redução de

688
mil tCO₂

Para capturar essas emissões, seria necessário plantar 4 milhões de árvores.

Economia de

30
bilhões de MJ

Isto é equivalente ao abastecimento anual de 4 milhões de residências.



Em 2018, passando por seu oitavo ciclo de auditoria, o inpEV obteve a renovação do certificado NBR ISO 9001:2015, que atesta a adequação do Sistema de Gestão da Qualidade das organizações ao seu conjunto de normas.

Recertificação ISO 9001

O inpEV obteve a renovação do certificado NBR ISO 9001:2015, em 2018. Nesse último ciclo, foi incluída no escopo a central de Uruçuí, PI, que passa a exibir a certificação, ao lado das centrais de Boa Vista do Incra, RS, Rondonópolis, MT, Taubaté, SP e Unaí, MG.

A certificação das cinco centrais ficou a cargo do órgão *BRTÜV - Tüv Nord Group*, que realizou auditoria sobre os processos de recebimento, segregação, processamento, armazenamento e envio das embalagens à destinação final. **TAMBÉM FORAM AUDITADOS OS PROCESSOS DO INPEV NA GESTÃO DAS CENTRAIS DE RECEBIMENTO, DA LOGÍSTICA E DA DESTINAÇÃO FINAL DAS EMBALAGENS VAZIAS.**

A renovação do certificado de qualidade atesta que o inpEV cumpre as boas práticas do setor, trazendo segurança para todos os seus públicos de interesse e especialmente para os colaboradores das unidades de recebimento, que têm clareza das premissas administrativas, operacionais e de recursos humanos que gerem seu trabalho.

Inovação e tecnologia

GRI 103-2, GRI 103-3

Eficiência nas unidades de recebimento

O inpEV está sempre em busca de formas de tornar sua operação mais eficiente, investindo na produtividade do Sistema.

Um dos projetos que comprovam isso começou em 2015 e tem implementação prevista para 2019. Ele busca incrementar a eficiência do processo, por meio da mudança nos procedimentos de limpeza de rótulos e bulas das embalagens plásticas rígidas: elas deixarão de ter rótulos e bulas retirados manualmente nas centrais e postos, para que sejam retirados nas recicladoras parceiras do Sistema Campo Limpo, de forma automatizada. A iniciativa trará ganhos operacionais, além de reduzir custos e elevar a eficiência nas operações.

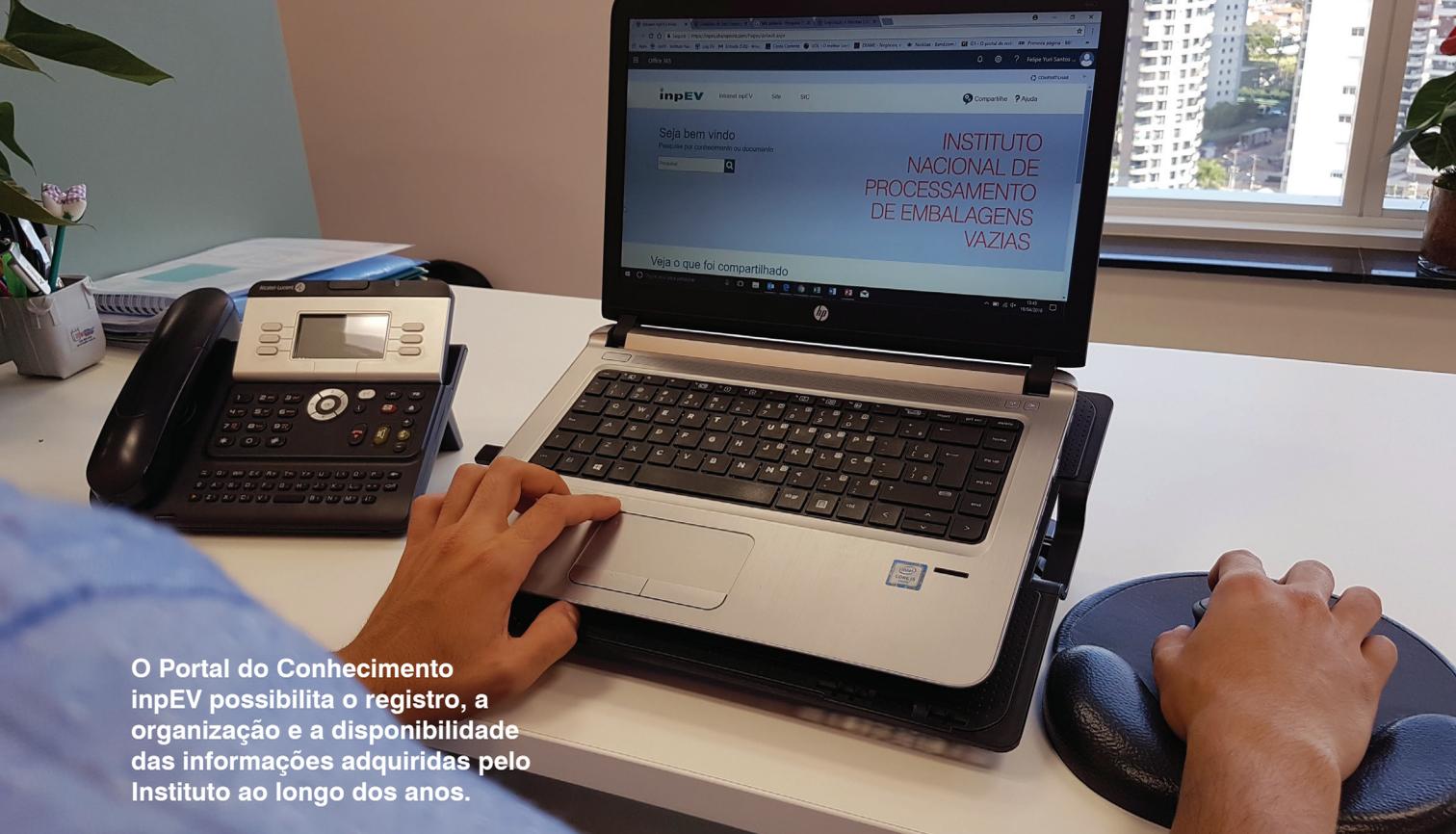
Iniciado em 2017, também está em andamento o projeto de compactação das embalagens, que busca identificar um equipamento mais eficiente para esse tipo de atividade. Além disso, em 2018 o inpEV concluiu um estudo de viabilidade e piloto para realizar a reciclagem de embalagens rígidas não lavadas, em vez de destiná-las à

incineração. O processo está previsto para entrar em operação em 2019 e trará impactos positivos para o Sistema Campo Limpo.

Projeto de Suprimentos

Um dos grandes desafios do inpEV em 2018 foi a reestruturação de sua área de Suprimentos, projeto que teve início em 2017 – com um diagnóstico, feito por uma consultoria externa, para identificar pontos de melhoria e oportunidades para a área – e cuja conclusão está prevista para o início de 2019.

No último ano, o inpEV abraçou a tarefa de avançar a partir do que foi identificado no diagnóstico, colocando em prática ações como a implantação de novas metodologias e ferramentas, o treinamento de colaboradores e a concepção de novos processos e fluxogramas. Um dos destaques desse processo foi a implantação de uma ferramenta de *Strategic Sourcing*, que permite à área de Suprimentos definir a melhor forma de compra para cada produto ou serviço.



O Portal do Conhecimento inpEV possibilita o registro, a organização e a disponibilidade das informações adquiridas pelo Instituto ao longo dos anos.

Um dos resultados desse projeto refere-se a um estudo para aquisição de fitas e selos de forma centralizada, mudança que trará ganhos financeiros. O Instituto já iniciou negociações com dois fornecedores para garantir o atendimento de todas as suas unidades de recebimento com previsão de início em 2019.

Além disso, estudos sobre fornecimento de equipamentos de proteção individual tem sua previsão de conclusão para o início de 2019, contemplando as adequações exigidas pelo eSocial na saúde e segurança do trabalho.

Gestão do Conhecimento inpEV

Lançado no início de 2018, o Portal do Conhecimento inpEV é uma plataforma que busca registrar, organizar e disponibilizar para

consulta, de forma estruturada, o conhecimento adquirido ao longo dos anos pelo Instituto, a fim de apoiar as tomadas de decisões e a continuidade das boas práticas por ele adotadas. Além disso, a plataforma funciona como um banco de informações sobre o desenvolvimento da logística reversa no Brasil.

Os trabalhos para a construção do portal tiveram início em 2017, com a realização de entrevistas com gestores, produção de vídeos e análise de materiais já existentes para compor seu conteúdo. Em 2018, com o lançamento do portal, o inpEV procurou fomentar a cultura de uso dos seus recursos, além de planejar melhorias e novas funcionalidades, a serem implementadas em 2019. O plano é oferecer mais funcionalidades de comunicação e recursos humanos, tornando o portal ainda mais atrativo.

Desenvolvimento humano

GRI 102-7, GRI 102-8, GRI 102-41, GRI 103-2, GRI 103-3

No final de 2018, atuavam no inpEV 83 colaboradores, sendo 79 funcionários e 4 terceirizados, uma redução de 2% em relação a 2017, quando o Instituto tinha 85 colaboradores. Eles se concentram na região Sudeste (76%) e dividem-se em 40% de mulheres e 60% de homens. No último ano, todos os colaboradores estiveram cobertos por acordos de negociação coletiva.

Colaboradores por tipo de jornada e gênero

	Período integral	Meio período
Masculino	50	0
Feminino	29	4
Total	79	4
	83	

Colaboradores por tipo de contrato de trabalho e gênero

	Prazo indeterminado	Prazo determinado
Masculino	48	2
Feminino	31	2
Total	79	4
	83	



76%

dos colaboradores concentram-se na região Sudeste



60%

dos colaboradores são homens e 40% mulheres

Funcionários do inpEV em treinamento no final de 2018.



Colaboradores por tipo de contrato de trabalho e região

	Prazo indeterminado	Prazo determinado
Sul	6	0
Sudeste	59	4
Centro-Oeste	9	0
Nordeste	5	0
Norte	0	0
Total	79	4
	83	

Colaboradores por nível funcional e gênero

	Masculino	Feminino
Diretores	1	0
Gerentes	5	4
Chefes/coordenadores	11	8
Técnicos/supervisores	3	1
Administrativos	7	12
Operacionais	19	3
Aprendizes	2	1
Estagiários	1	1
Terceirizados	1	3
Total	50	33
	83	

No inpEV, o principal foco da área de Saúde e Segurança é reduzir o número de incidentes, com uma extensiva identificação dos riscos e o estabelecimento de diversas ações para reduzi-los, de forma preventiva. Como exemplos dessas ações em 2018, prensas antigas foram substituídas por novas e foram instalados sistemas para proteção contra quedas. Além disso, foram oferecidos aos gestores treinamentos para capacitação e conscientização sobre saúde e segurança.

Saúde e segurança

GRI 403-2, GRI 416-1

Tendo a segurança como um de seus valores, o cuidado com as pessoas sempre foi uma prioridade para o inpEV, que empenha esforços a fim de incorporar cada vez mais a cultura da segurança no cotidiano de todos os envolvidos no Sistema Campo Limpo.

Assim, em 2018 o Instituto investiu no desenvolvimento de seu Sistema de Gestão de Saúde e Segurança, que busca padronizar alguns processos e procedimentos, identificar os riscos das atividades, melhorar as condições de trabalho e manter um bom ambiente, com instalações adequadas e equipamentos de qualidade.

Com uma atitude vigilante e a intensificação das ações de saúde e segurança, incentivando as unidades a adotarem as melhores práticas, é possível alcançar importantes resultados. Assim, em 2018 o inpEV melhorou consideravelmente suas taxas de saúde e segurança, em comparação com o ano anterior. A taxa de lesões, por exemplo, teve uma redução de 20%, e a taxa de dias perdidos uma queda de 68%.



Operador na central de Rondonópolis, MT.

Taxas de saúde e segurança *

	2016 **			2017			2018		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Taxa de lesões	N/D	22,50	0,00	12,20	15,40	0,00	9,79		
Taxa de doenças ocupacionais	N/D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Taxa de dias perdidos	N/D	112,50	0,00	61,20	30,81	0,00	19,59		
Taxa de absenteísmo	N/D	0,00	0,00	0,00	1,21	0,02	1,92		
Número de óbitos	0	0	0	0	0	0	0		

* As taxas são calculadas conforme o sistema de registro da Organização Internacional do Trabalho (OIT): número de lesões/doenças/dias/horas perdidas por HHT (horas homem trabalhadas, incluindo horas-extras) x 1.000.000.

** O InpEV identificou um erro de cálculo nas taxas de saúde e segurança, publicadas no ano de 2016. Por essa razão, com exceção do número de óbitos, os dados foram desconsiderados neste relatório, não sendo possível recalculá-los.

Treinamento e desenvolvimento

GRI 404-1

O inpEV se mantém comprometido e atento ao aperfeiçoamento constante de seu quadro funcional, promovendo todos os anos treinamentos que proporcionam oportunidades de crescimento para os colaboradores e melhoria nos processos internos, tanto em sua sede como nas centrais de gestão própria.

Em 2018, foram realizadas 1,2 mil horas de treinamento para os funcionários da sede, uma média de 14,52 horas por colaborador – em 2017, essa média foi de 15,34 horas.

Já para os funcionários de suas centrais de recebimento, em 2018 o inpEV ofereceu sobretudo treinamentos relativos à segurança do trabalho e a procedimentos operacionais. Foram realizadas cerca de 1,2 mil horas de treinamento para esses colaboradores, em uma média de 34,66 horas por colaborador – em 2017, essa média foi de 13,93. A variação de treinamentos entre os anos, deu-se por conta de novos treinamentos identificados em 2018 e aumento da carga horária dos treinamentos de rotina.

Em 2018 foram realizadas

1,2 mil

horas de treinamento para os funcionários da sede e das centrais de recebimento próprias do inpEV.



Média de horas de treinamento na sede, por categoria funcional e gênero

	Número de colaboradores	Número de horas de treinamento oferecidas	Média de horas de treinamento
Categoria funcional			
Diretores	1	0,00	0,00
Gerentes	9	172,00	19,11
Coordenadores	19	408,00	21,47
Supervisores	4	0,00	0,00
Administrativos	22	529,00	24,05
Operacionais	23	6,00	0,26
Aprendizes	3	32,00	10,67
Estagiários	2	58,00	29,00
Total	83	1.205,00	14,52
Gênero			
Masculino	50	525,00	10,50
Feminino	33	680,00	20,61
Total	83	1.205,00	14,52

Média de horas de treinamento nas centrais de recebimento próprias, por categoria funcional e gênero

	Número de colaboradores	Número de horas de treinamento oferecidas	Média de horas de treinamento
Categoria funcional			
Administrativos	3	99,00	33,00
Aprendizes	1	13,00	13,00
Faxineiras	3	37,00	12,33
Operacionais	19	786,00	41,37
Operacionais líderes	3	156,00	52,00
Supervisores	6	122,00	20,33
Total	35	1.213,00	34,66
Gênero			
Masculino	28	1.110,00	39,64
Feminino	7	103,00	14,71
Total	35	1.213,00	34,66

Diálogo e cooperação

multistakeholder

GRI 103-2, GRI 103-3

Termo de Compromisso para a logística reversa

Em 2018, o inpEV reafirmou o Termo de Compromisso para a logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas no estado de São Paulo, junto com a ANDAV (Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários) e o Governo de São Paulo. A assinatura do aditivo representa o compromisso do setor com o poder público para o contínuo desenvolvimento do Sistema Campo Limpo.

O termo reforça a importância do programa de logística reversa no campo para uma agricultura mais sustentável, dando a devida atenção e relevância aos compromissos e responsabilidades de cada elo da cadeia produtiva, um dos aspectos que permitiram o êxito do Sistema Campo Limpo.

Em adição ao Termo de Compromisso para a logística reversa firmado com o estado de São Paulo, o inpEV é signatário de mais outros dois termos

semelhantes, contratados com os estados do Paraná e do Ceará.

Seminário da ABRAMPA – Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público do Meio Ambiente

O Sistema Campo Limpo foi tema de um painel no seminário “O Ministério Público e a gestão de resíduos sólidos e logística reversa”, promovido em setembro de 2018 pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público do Meio Ambiente (ABRAMPA), em São Paulo. O encontro marcou o oitavo ano de vigência da Lei nº 12.305/2010, que rege a Política Nacional de Resíduos Sólidos, buscando debater o tema e encontrar meios para sua implementação.

Além do seminário em São Paulo, o inpEV também esteve presente no 18º



Em 2018, o inpEV reafirmou o Termo de Compromisso para a logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas no estado de São Paulo.

Congresso Brasileiro do Ministério Público do Meio Ambiente em Porto Alegre, em abril.

Em ambas ocasiões, o inpEV compartilhou a experiência do Sistema Campo Limpo como exemplo de gestão de resíduos sólidos e economia circular, que colabora para manter o Brasil como referência mundial na logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas, por meio do engajamento de todos os elos da cadeia produtiva agrícola.

Atualização da ABNT NBR 9843

A ABNT NBR 9843 é a norma técnica brasileira que trata do armazenamento adequado de defensivos agrícolas e afins,

visando preservar a qualidade do produto e prevenir acidentes. Organizada em quatro partes, cada uma delas é voltada a um aspecto específico: 1) indústria e grandes centros de distribuição; 2) revenda; 3) agricultor; e 4) laboratórios.

Em 2018, aproveitando a oportunidade dada pela revisão da norma, o inpEV sugeriu ao Grupo de Trabalho da ABNT o acréscimo de uma quinta parte especificamente relacionada ao armazenamento de embalagens vazias ou contendo sobras pós-consumo, em centrais e postos de recebimento. A sugestão foi submetida à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e tem previsão de entrar em consulta pública no início de 2019.

Educação e conscientização

GRI 103-2, GRI 103-3, GRI 413-1

Como representante da indústria de defensivos agrícolas para fins de logística reversa, o desenvolvimento e a aplicação de ações de educação e conscientização fazem parte das atividades do inpEV desde sua fundação. A área de Comunicação e Educação encarrega-se de realizar a gestão do tema, desenvolver materiais educativos, direcionar sua aplicação e mensurar resultados. Em 2018 os principais projetos e resultados foram:

Dia Nacional do Campo Limpo (DNCL)

Desde 2005, o inpEV comemora o Dia Nacional do Campo Limpo, uma celebração que reconhece a importância do envolvimento de todos os elos da cadeia agrícola – agricultores, canais de distribuição, fabricantes e poder público – para o sucesso do Sistema Campo Limpo. O Dia Nacional do Campo Limpo já reuniu mais de um milhão de pessoas em todo o Brasil, desde sua criação.

Em 2018, a central do inpEV em Rondonópolis, MT, sediou o evento oficial de sua 14ª edição, cujo tema foi “Compartilhando Responsabilidades, Comemorando Resultados!”. Ao lado de representantes do Sistema, a unidade recebeu autoridades e pessoas da comunidade do entorno, e ainda cerca de 350 crianças de escolas municipais.

Além de Rondonópolis, no último ano foram promovidas ações especiais para a data em outras 107 centrais do Sistema, em 22 estados do Brasil, abrangendo 77 mil participantes, entre autoridades, comunidade, escolas, universidades, parceiros, agricultores, recicladores, entre outros. As unidades promoveram atividades lúdicas e educativas ligadas ao funcionamento do Sistema e à conservação ambiental, além de incluir em sua programação modalidades locais da celebração, como o DNCL Portas Abertas; o DNCL Solenidade, que inclui a presença de autoridades públicas; o DNCL Universitário, que promove ações voltadas para estudantes de Ensino Técnico e Superior; o DNCL Ação com Agricultor, que realiza a difusão de informações e soluções sustentáveis entre agricultores; e o DNCL Ação Comunitária, que estimula o envolvimento da comunidade em práticas em prol do meio ambiente.

Programa de Educação Ambiental Campo Limpo

Em 2010, o inpEV lançou seu Programa de Educação Ambiental, contribuindo para a conscientização ambiental de estudantes do Ensino Fundamental. Articulando escolas e produzindo materiais estimulantes sobre os temas trabalhados, desde 2016 o programa vem desenvolvendo a temática das responsabilidades compartilhadas na



Atividade lúdica e educacional realizada no Dia Nacional do Campo Limpo 2018.

gestão dos resíduos sólidos, tendo focado, nesse ano, no papel da comunidade e, no ano seguinte, 2017, na importância da escola para a questão. Em 2018, o programa voltou seu foco para a contribuição das famílias na destinação correta dos resíduos sólidos.

No último ano, o programa teve a participação de 101 centrais do inPEV, que o levaram para 2.462 escolas brasileiras, alcançando um público de aproximadamente 231 mil alunos de 4º e 5º anos, com o

envolvimento de cerca de 12 mil profissionais de educação, entre professores das turmas e membros das equipes de gestão das escolas. Assim, em 2018 o programa conseguiu alcançar 298 municípios em 22 estados.

Das escolas participantes do programa, 36% estão situadas na zona rural dos municípios atendidos, 90% são públicas e pertencentes a redes municipais de ensino, e apenas 3% são escolas particulares.

Programa de Educação Ambiental Campo Limpo em números

	2016	2017	2018
Municípios envolvidos	274	294	298
Centrais participantes	100	104	101
Escolas participantes	2.060	2.380	2.462
Salas de aula abrangidas	8.360	9.743	9.722
Alunos engajados	210.428	228.962	230.857

Educação a Distância

Por meio de seu site, o inpEV oferece gratuitamente o Curso de Educação a Distância do Sistema Campo Limpo, que trata da legislação regulamentadora do descarte de embalagens vazias de defensivos agrícolas, das responsabilidades de cada um dos elos envolvidos, do trabalho realizado nas unidades de recebimento e da destinação adequada (reciclagem ou incineração). Ao concluir o curso, os alunos podem imprimir um certificado de participação.

Disponibilizado em 2007 na versão web, o curso está sendo reestruturado em uma nova plataforma, com linguagem e forma de apresentação mais atualizada e oferecendo recursos digitais mais atrativos. Seu lançamento deverá ocorrer no início de 2019.

EM 2018, MAIS DE 14 MIL ALUNOS REALIZARAM O CURSO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. ESSE NÚMERO EXPRESSIVO FOI ALCANÇADO POR MEIO DA CONTRIBUIÇÃO DO DESAFIO UNIVERSITÁRIO INPEV, UMA PARCERIA ENTRE O INSTITUTO E A ENACTUS QUE PROMOVEU A DIVULGAÇÃO DO SISTEMA CAMPO LIMPO NO AMBIENTE ACADÊMICO.

Desafio Universitário inpEV

Em 2018 o Instituto firmou parceria com a Enactus Brasil e lançou o Desafio Universitário inpEV, propondo reconhecer as iniciativas mais bem-sucedidas de

divulgação do Sistema Campo Limpo no ambiente acadêmico, a partir do Curso de Educação a Distância do Sistema Campo Limpo, disponível no site do inpEV.

Na primeira etapa do prêmio, 66 times Enactus se dedicaram à divulgação do curso no meio universitário, conseguindo mais de 10 mil certificados de conclusão. Na fase seguinte, os professores das instituições de ensino levaram os conhecimentos adquiridos no curso para alunos de diferentes carreiras. Para a terceira fase foram classificados os quatro grupos que mais se destacaram nas primeiras etapas, os quais foram desafiados a organizar e executar o evento “Sistema Campo Limpo *Day*”, com o tema ecoeficiência.

Os quatro times finalistas da terceira etapa foram a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e três instituições do Ceará, a Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), a Faculdade Vale do Salgado (FVS) e o *campus* Iguatu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Após a avaliação dos finalistas – que compreendeu o comprometimento com o tema, a interação entre palestrante e público, a estética e decoração do evento, o compromisso com a agenda e o credenciamento e gestão geral do evento, o primeiro classificado foi a FVS, seguida pelo IFCE.

Viabilidade econômica

GRI 103-2, GRI 103-3, GRI 201-1

O inpEV tem como principal fonte de financiamento as contribuições das empresas associadas, tendo também entre suas receitas as taxas de credenciamento dos recicladores parceiros do Sistema Campo Limpo, o ingresso para custeio das unidades de recebimento e o arrendamento da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. O orçamento de suas áreas é acompanhado mensalmente em reuniões gerenciais e também nas reuniões do Comitê Diretor. Suas demonstrações financeiras passam por auditoria anual, feita por auditores independentes.

A gestão do Instituto está focada em reduzir custos e elevar a eficiência, ao mesmo tempo em que busca capturar valor a partir da cadeia gerenciada pelo inpEV e da expansão da sua área de atuação. Agregar valor à reciclagem é uma forma de capturar valor e revertê-lo

para mitigar os custos do Sistema Campo Limpo. Assim, a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos, desde 2008, e a Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas, desde 2015, atuam como recicladoras, fabricando e comercializando novas embalagens de defensivos agrícolas a partir do plástico reciclado proveniente do Sistema.

Em 2018, o inpEV realizou diversas ações dedicadas à redução de custos, ao aumento de eficiência e à elevação da produtividade, tanto para o Instituto como para o Sistema Campo Limpo. Entre elas, podem-se citar a reestruturação da área de Suprimentos e os projetos de limpeza automatizada de rótulos e bulas das embalagens e de reciclagem de embalagens rígidas não lavadas (para mais detalhes, acesse os capítulos “Inovação e tecnologia” e “Ecoeficiência operacional”).

Desempenho econômico financeiro

	2016	2017	2018
Ativo total (R\$ milhões)	96,0	101,1	108,8
Recursos totais que financiam o programa (inpEV + elos da cadeia) acumulados desde 2002 (R\$ milhões)	1.006	1.129	1.253
Receita líquida das atividades (R\$ milhões)	116,0	126,5	135,4
Contribuições de associados (R\$ milhões)	61	67	72
Taxa de credenciamento (R\$ milhões) *	12	14	15
Arrendamento Campo Limpo (R\$ milhões) **	7	7	8
Patrimônio Líquido (R\$ milhões)	79	84	98
Dívida Líquida (R\$ milhões) ***	1	2	2

* Paga pelos recicladores pela remessa de embalagens e pela cooperação técnica com o inpEV.

** Aluguel pago pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos ao inpEV.

*** Consideradas somente obrigações com fornecedores, excluindo-se obrigações com centrais e postos.

Logística

GRI 103-2, GRI 103-3, GRI 306-4

Para o transporte de materiais considerados resíduos perigosos, representados pelas embalagens não laváveis, as que não foram corretamente lavadas pelos agricultores e pelas sobras pós-consumo, o processo de movimentação é padronizado em conformidade com a legislação vigente.

Tendo a logística como um aspecto fundamental do Sistema, o inpEV busca permanentemente incrementar sua eficiência nessa área, por meio de diversas ações focadas na redução de custos e na otimização de processos. Uma delas é o diálogo constante com as principais transportadoras envolvidas no Sistema, buscando atender a legislação e efetivar melhorias no processo. Também são feitas ações preventivas, como a verificação dos veículos antes de sua saída, com apoio de um *checklist* que inclui itens como documentação, pneus, freios, cintas para amarrar os fardos e também as condições do motorista. Como resultado de todo esse cuidado, em 2018 não houve nenhum acidente logístico envolvendo os caminhões do Sistema.

Uma medida de destaque adotada pelo Sistema Campo Limpo para a otimização de processo e a redução de custos é o frete

Em 2018, o Sistema Campo Limpo movimentou

12.227

caminhões de embalagens vazias de defensivos agrícolas sendo:

8.885

de postos para centrais e

3.342

de centrais para os destinos (recicladores ou incineradores)

de retorno: o mesmo veículo que entrega os defensivos agrícolas do fabricante para produtores, distribuidores e cooperativas transporta as embalagens vazias e sobras pós-consumo das unidades de recebimento para os recicladores e incineradores. Além de suas vantagens ambientais, esse tipo de frete reduz os custos em aproximadamente 45%. Adicionalmente, ele reduz o número de veículos em trânsito e diminui a emissão de poluentes. A iniciativa ainda contribui para a redução dos riscos, uma vez que os motoristas de caminhões aptos a transportar as embalagens cheias são mais especializados.

Há ainda diversas outras ações que contribuem para a melhoria do planejamento logístico. Uma delas é o adEV, que oferece aos agricultores a possibilidade de programar as devoluções das embalagens por meio do computador. Outra é a ferramenta denominada Sistema de Informações das Centrais (SIC), que disponibiliza via *web*, dados sobre os recebimentos, classificação, processamento, saída de materiais, entre outras operacionalidades, facilitando o planejamento logístico. Por fim, o recebimento

itinerante permite receber embalagens vazias por meio de unidades volantes, viabilizando a integração ao Sistema Campo Limpo de regiões mais distantes das unidades fixas de recebimento, especialmente aquelas onde a quantidade de embalagens não justifica a instalação de uma unidade fixa.

Ainda no que diz respeito à eficiência logística, cabe dizer que em 2018 o inpEV teve na greve dos caminhoneiros um importante desafio. A paralisação dos motoristas por todo o país afetou as empresas em geral, prejudicando volumes e margens, e impactou particularmente os custos do inpEV ao suscitar o estabelecimento de uma nova tabela de fretes pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A nova tabela implicou aumento sobretudo nos custos de transporte de resíduos não perigosos (ou de embalagens não perigosas), que corresponde a cerca de 90% de tudo que o Instituto transporta. Diante desse desafio, a área de Logística do Instituto fez um forte trabalho de gestão para mitigar esses impactos – um esforço exitoso que permitiu reduzir de maneira significativa o efeito desse evento sobre os custos do inpEV.

Em 2018, a greve dos caminhoneiros impactou particularmente os custos do inpEV ao suscitar o estabelecimento de uma nova tabela de fretes, pela ANTT. Diante desse desafio, a área de Logística do Instituto fez um forte trabalho de gestão para mitigar esses impactos – um esforço exitoso que permitiu reduzir o efeito desse evento sobre os custos do inpEV.

Sumário de Conteúdo da GRI Standards

GRI 102-55

GRI Standards	Divulgação	Observações	Página do relatório	Omissão
GRI 101: FUNDAMENTOS 2016				
CONTEÚDO PADRÃO GERAL				
PERFIL ORGANIZACIONAL				
	GRI 102-1	Nome da organização.	6	
	GRI 102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços.	6	
	GRI 102-3	Localização da sede da organização.	6, 87	
	GRI 102-4	Localização das operações da organização.	6	
	GRI 102-5	Natureza da propriedade e forma jurídica da organização.	6	
	GRI 102-6	Mercados atendidos.	6	
	GRI 102-7	Porte da organização.	19, 20, 30	
GRI 102: CONTEÚDO PADRÃO 2016	GRI 102-8	Informações sobre funcionários (próprios e terceiros).	30	
	GRI 102-9	Cadeia de suprimentos.	19, 20	Pela natureza da atuação do inpEV como gerenciador do Sistema Campo Limpo, o principal insumo utilizado são as próprias embalagens vazias de defensivos agrícolas, que são devolvidas nas 411 unidades de recebimento (110 centrais e 301 postos).
	GRI 102-10	Principais mudanças referentes a porte, estrutura ou participação acionária.	24	Em 2018 o inpEV não registrou mudanças significativas em porte, estrutura etc. As principais mudanças relativas ao número de centrais e postos estão descritas no capítulo "Expansão das operações".

GRI Standards	Divulgação	Observações	Página do relatório	Omissão	
GRI 102: CONTEÚDO PADRÃO 2016	GRI 102-11	Princípio da precaução.			
			O inpEV não adota diretamente o princípio da precaução, mas possui gestão de riscos no recebimento e na destinação das embalagens, contribuindo com a redução dos impactos ambientais.		
	GRI 102-12	Iniciativas externas.			
			O inpEV endossa, desde 2015, o Protocolo Climático do Governo do Estado de São Paulo.		
	GRI 102-13	Afiliações a associações.			
			O inpEV é membro da <i>CropLife Latin America</i> , organização internacional que defende a produtividade e a sustentabilidade da agricultura, e integra os comitês de duas entidades associadas: Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg).		
	ESTRATÉGIA				
	GRI 102-14	Mensagem do Diretor-Presidente.		4	
	GRI 102-15	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.		4	
	ÉTICA E INTEGRIDADE				
GRI 102-16	Valores, princípios, padrões e normas de conduta.		8, 12		
GOVERNANÇA					
GRI 102-18	Estrutura de governança.		9		
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS					
GRI 102-40	Lista de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização.		22		
GRI 102-41	Acordos de negociação coletiva.		30		
GRI 102-42	Base para identificação e seleção de <i>stakeholders</i> para os quais se engajar.		22		
GRI 102-43	Abordagem adotada para o engajamento dos <i>stakeholders</i> .		22		
GRI 102-44	Principais temas e preocupações levantadas com <i>stakeholders</i> .		22, 54		

GRI Standards	Divulgação	Observações	Página do relatório	Omissão
PRÁTICAS DE RELATO				
GRI 102: CONTEÚDO PADRÃO 2016	GRI 102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.	Além da sede do inpEV em São Paulo – SP, estão incluídas nas demonstrações financeiras as seis centrais de recebimento sob gestão do Instituto: <ul style="list-style-type: none"> • Boa Vista do Incra, RS; • Taubaté, SP; • Unaí, MG; • Rondonópolis, MT; • Alto Parnaíba, MA; • Uruçuí, PI. 	
	GRI 102-46	Definição do conteúdo do relatório e limites de cada tema material.		22
	GRI 102-47	Lista de temas materiais.		22, 54
	GRI 102-48	Reformulações de informações.	Não houve reformulações decorrentes de aquisições, período/ ano-base e métodos de medição, tampouco na natureza do inpEV. Caso existam reformulações de outras naturezas, elas estarão indicadas em notas, junto aos indicadores.	
	GRI 102-49	Mudanças no reporte.	Eventuais alterações significativas estão indicadas em notas junto aos indicadores aos quais se referem.	
	GRI 102-50	Período coberto pelo relatório.		2
	GRI 102-51	Data do relatório anterior.		2
	GRI 102-52	Ciclo de emissão de relatórios.		2
	GRI 102-53	Dados para contato em relação ao relatório.		2, 87
	GRI 102-54	Opção "de acordo" escolhida pela organização.		2
	GRI 102-55	Sumário de conteúdo GRI Standards.		44
	GRI 102-56	Verificação externa.		2

GRI Standards	Divulgação	Observações	Página do relatório	Omissão
TEMAS MATERIAIS				
EXPANSÃO DAS OPERAÇÕES				
GRI 103: FORMAS DE GESTÃO 2016	GRI 103-1	Explicação dos temas materiais e seus limites.	54	
GRI 103: FORMAS DE GESTÃO 2016	GRI 103-2	Abordagem de gestão e seus componentes.	24	Não aplicável: não há metas quantitativas e/ou qualitativas relativas ao tema material.
	GRI 103-3	Avaliação da abordagem de gestão.	24	
	GRI 416: SAÚDE E SEGURANÇA DOS CLIENTES 2016	GRI 416-1	Categorias de produtos e serviços para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança.	32
ECONOMIA OPERACIONAL				
	GRI 103-1	Explicação dos temas materiais e seus limites.	54	
GRI 103: FORMAS DE GESTÃO 2016	GRI 103-2	Abordagem de gestão e seus componentes.	26	Não aplicável: não há política corporativa relacionada ao tema material, nem legislação específica, mas o foco em buscar soluções cada vez mais ecoeficientes é uma constante nas operações do inpEV.
	GRI 103-3	Avaliação da abordagem de gestão.	26	
	GRI 301: MATERIAIS 2016	GRI 301-3	Produtos e suas embalagens recuperados	14
GRI 302: ENERGIA 2016	GRI 302-1	Consumo de energia dentro da organização.		Informação indisponível: os valores do consumo de energia do inpEV publicados nos relatórios anteriores reportavam o consumo de todo o condomínio em que o inpEV está localizado e não apenas do escritório do Instituto. Como não é possível individualizar o consumo apenas do Instituto, as informações não estão disponíveis para reporte no momento.

GRI Standards	Divulgação	Observações	Página do relatório	Omissão
GRI 303: ÁGUA 2016	GRI 303-1	Total de retirada de água, por fonte.		Informação indisponível: os valores do consumo de água do inpEV publicados nos relatórios anteriores reportavam o consumo de todo o condomínio em que o inpEV está localizado e não apenas do escritório do Instituto. Como não é possível individualizar o consumo apenas do Instituto, as informações não estão disponíveis para reporte no momento.
GRI 305: EMISSÕES 2016	GRI 305-5	Redução de emissões de gases de efeito estufa.	26	
GRI 306: EFLUENTES E RESÍDUOS 2016	GRI 306-2	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.	21	
GRI 307: CONFORMIDADE AMBIENTAL 2016	GRI 307-1	Não conformidade com leis e/ou regulamentos ambientais.		Não houve imposição de multas e/ou sanções não monetárias ao inpEV ou às suas filiais em razão do descumprimento de leis ou regulamentos ambientais.
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA				
	GRI 103-1	Explicação dos temas materiais e seus limites.	54	
GRI 103: FORMAS DE GESTÃO 2016	GRI 103-2	Abordagem de gestão e seus componentes.	28	Não aplicável: não há política corporativa relacionada ao tema material, nem informações relativas ao investimento no tema.
	GRI 103-3	Avaliação da abordagem de gestão.	28	

GRI Standards	Divulgação	Observações	Página do relatório	Omissão
DESENVOLVIMENTO HUMANO				
	GRI 103-1	Explicação dos temas materiais e seus limites.	54	
GRI 103: FORMAS DE GESTÃO 2016	GRI 103-2	Abordagem de gestão e seus componentes.	30	Todos os públicos de relacionamento do inpEV são estimulados a entrar em contato com o Instituto por meio do canal Fale Conosco. Em 2018, não houve manifestações relativas ao tema material.
	GRI 103-3	Avaliação da abordagem de gestão.	30	
GRI 205: ANTICORRUPÇÃO 2016	GRI 205-2	Comunicação e treinamento sobre políticas e procedimentos anticorrupção.	12	Informação indisponível: o inpEV comunica a seus fornecedores e outros parceiros (recicladoras e incineradoras) as políticas e procedimentos de combate à corrupção, mas não há registros do número de parceiros comunicados durante o período coberto pelo relatório.
GRI 404: TREINAMENTO E EDUCAÇÃO 2016	GRI 404-1	Número médio de horas de treinamento, por categoria funcional e gênero.	34	
GRI 412: AVALIAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS 2016	GRI 412-2	Treinamento de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos.	12	
GRI 403: SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO 2016	GRI 403-2	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos.	32	
DIÁLOGO E COOPERAÇÃO MULTISTAKEHOLDER				
	GRI 103-1	Explicação dos temas materiais e seus limites.	54	
GRI 103: FORMAS DE GESTÃO 2016	GRI 103-2	Abordagem de gestão e seus componentes.	36	Não aplicável: não há política corporativa relacionada ao tema material, nem legislação, metas, investimentos, projetos e programas específicos relativos ao tema.
	GRI 103-3	Avaliação da abordagem de gestão.	36	

GRI Standards	Divulgação	Observações	Página do relatório	Omissão
GRI 413: COMUNIDADES LOCAIS 2016	GRI 413-1	Operações com programas de engajamento da comunidade, avaliação de impactos e/ou desenvolvimento local.	38	
EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO				
	GRI 103-1	Explicação dos temas materiais e seus limites.	54	
GRI 103: FORMAS DE GESTÃO 2016	GRI 103-2	Abordagem de gestão e seus componentes.	38	Não aplicável: não há política corporativa relacionada ao tema material.
	GRI 103-3	Avaliação da abordagem de gestão.	38	
GRI 413: COMUNIDADES LOCAIS 2016	GRI 413-1	Operações com programas de engajamento da comunidade, avaliação de impactos e/ou desenvolvimento local.	38	
LOGÍSTICA				
	GRI 103-1	Explicação dos temas materiais e seus limites.	54	
GRI 103: FORMAS DE GESTÃO 2016	GRI 103-2	Abordagem de gestão e seus componentes.	42	Todos os públicos de relacionamento do inpEV são estimulados a entrar em contato com o Instituto por meio do canal Fale Conosco. Em 2018, não houve manifestações relativas ao tema material.
	GRI 103-3	Avaliação da abordagem de gestão.	42	
GRI 306: EFLUENTES E RESÍDUOS 2016	GRI 306-4	Transporte de resíduos perigosos.	42	
VIABILIDADE ECONÔMICA				
	GRI 103-1	Explicação dos temas materiais e seus limites.	54	
GRI 103: FORMAS DE GESTÃO 2016	GRI 103-2	Abordagem de gestão e seus componentes.	41	Não aplicável: não há política corporativa relacionada ao tema material, nem informações consolidadas referente ao investimento do inpEV no tema.
	GRI 103-3	Avaliação da abordagem de gestão.	41	

GRI Standards	Divulgação	Observações	Página do relatório	Omissão
	GRI 201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído.	41	
GRI 201: DESEMPENHO ECONÔMICO 2016	GRI 201-4	Assistência financeira recebida do governo.		O inpEV não recebe ajuda financeira de governos, nem repasses de agências de crédito.
GRI 419: CONFORMIDADE SOCIOECONÔMICA 2016	GRI 419-1	Não conformidade com leis e regulamentos na área social e econômica.		Em 2018, o inpEV firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Trabalho de Rondonópolis (MT) relativo às atividades desenvolvidas em sua central de recebimento localizada no município, comprometendo-se a realizar uma série de ações, visando à divulgação e à adoção de boas práticas e medidas de segurança, em todas as unidades de recebimento do Sistema Campo Limpo no estado do Mato Grosso.

Anexos



**Campo Limpo Tampas e Resinas
Plásticas LTDA, recicladora parceira
do Sistema.**



Detalhamento - Temas materiais

GRI 102-44, GRI 102-47, GRI 103-1

No quadro a seguir, podemos observar a descrição detalhada de cada tema material, a relevância para o inpEV, bem como a indicação de onde ocorre o impacto.

Temas materiais	Descrição	Por que o tema é considerado material?	Onde ocorre o impacto?
Expansão das operações	Ampliação geográfica acompanhando a expansão da fronteira agrícola; processamento de outras embalagens de produtos agrícolas	O tema da expansão das operações compreende duas vertentes. A primeira diz respeito à expansão física, uma vez que o Sistema Campo Limpo deve acompanhar a expansão das fronteiras agrícolas no recebimento das embalagens vazias após utilização pelos agricultores, necessitando, para isso, de novas unidades físicas ou de ações de recebimento itinerantes, que ficam a cargo dos canais de distribuição com o apoio do inpEV. A segunda diz respeito à visão do inpEV de atingir a autossuficiência financeira, sendo a incorporação de novas atividades (como a gestão dos resíduos de outros setores agrícolas) e o fornecimento de consultoria considerados possíveis geradores de receitas e meios subsidiários para isso.	Material fora do inpEV
Ecoeficiência operacional	Gestão de recursos naturais; uso de materiais, água e energia; redução; e reciclagem de materiais provenientes da operação; instalações sustentáveis e emissões.	A ecoeficiência e a proteção ao meio ambiente integram a razão de ser do inpEV. Caso concreto de economia circular, o Sistema Campo Limpo garante que 94% das embalagens de defensivos agrícolas colocadas no mercado encontrem destino ambientalmente adequado em seus recicladores ou incineradores parceiros. A busca de processos cada vez mais sustentáveis e instalações mais ecoeficientes também são uma atividade constante do Instituto.	Material fora do inpEV
Inovação e tecnologia	Inovação e tecnologia nas operações.	Inovação é o mais transversal dos temas materiais dentro do inpEV: o Instituto está sempre buscando formas mais eficientes para fazer mais e melhor, seja por meio da inovação em processos (da qual são exemplos a compactação de embalagens não lavadas, o recebimento de sobras pós-consumo, ou o projeto de mudança no processo de limpeza das embalagens vazias), seja em produtos (como o desenvolvimento das embalagens Ecoplástica® e Ecocap).	Material dentro e fora do inpEV

Temas materiais	Descrição	Por que o tema é considerado material?	Onde ocorre o impacto?
Desenvolvimento humano	Gestão de carreira; treinamento e desenvolvimento dos colaboradores; preparação de funcionários para a aposentadoria; atração e retenção de talentos.	O desenvolvimento das competências internas é fundamental para qualquer atividade empresarial. Para o inpEV, desenvolver seus colaboradores gera motivação, inovação para o negócio, retenção de talentos e menor rotatividade.	Material dentro do inpEV
Diálogo e cooperação <i>multistakeholder</i>	Processos de engajamento <i>multistakeholder</i> ; diálogo e parcerias; interação com o governo e influência junto ao poder público; articulação setorial com influência positiva no ambiente regulatório.	Um dos valores do inpEV é a “atitude integradora”, que reflete a característica de liderança do Instituto, a valorização do trabalho em equipe, a integração dos elos da cadeia e a disseminação do conhecimento. Ele reúne características como “espírito de equipe”, “satisfação dos associados e demais <i>stakeholders</i> ” e “soluções construídas com o cliente”. Assim, a valorização do diálogo e da cooperação <i>multistakeholder</i> é algo que está presente no DNA do inpEV.	Material dentro e fora do inpEV
Educação e conscientização	Ações de educação e sensibilização socioambiental envolvendo as comunidades do entorno das unidades de recebimento ou regiões consideradas críticas do ponto de vista da destinação correta das embalagens; ações direcionadas para agricultores reforçando a importância da correta destinação das embalagens.	A Lei n.º 9.974/00 e seu Decreto Regulamentador n.º 4.704/02, que estabelecem o compartilhamento de responsabilidades entre os elos da cadeia agrícola para a execução da logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas, contemplam ações de educação e conscientização no rol das responsabilidades dos fabricantes, canais de distribuição e poder público. Dessa forma, sendo o inpEV o representante da indústria de defensivos para fins de logística reversa, o desenvolvimento e a aplicação de ações de educação fazem parte das atividades do Instituto desde sua fundação.	Material dentro e fora do inpEV
Logística	Logística reversa; rotas seguras; infraestrutura logística; facilidade de retorno das embalagens e condições de transporte.	Para destinar embalagens de todo o país, o inpEV coordena uma complexa operação logística. Apenas em 2018 foram mais de 12 mil caminhões movimentando as embalagens das unidades de recebimento aos destinos (recicladores ou incineradores). Desse modo, a gestão logística é parte essencial do negócio do inpEV, que é responsável pela operacionalização da logística reversa das embalagens em todo o país.	Material fora do inpEV
Viabilidade econômica	Desempenho econômico e financeiro; crescimento; novos negócios; geração de valor compartilhado.	O inpEV é uma instituição sem fins lucrativos cujas atividades são majoritariamente custeadas pela contribuição de suas associadas e, em menor escala, por receitas geradas pelo próprio Sistema. O tema “viabilidade econômica” foi considerado material por ser diretamente relacionado à visão do Instituto, no que se refere à autossuficiência econômica. Nesse sentido, ganham relevância ações de redução de custo, aumento de eficiência, ganhos de produtividade, geração de receitas decorrentes da gestão dos resíduos de outros setores agrícolas e consultoria.	Material dentro do inpEV

Como se associar ao inpEV

Podem se associar ao inpEV as indústrias fabricantes ou importadoras que detenham registro de defensivos agrícolas de acordo com a Lei Federal n.º 7.802/89, desde que, no ato de afiliação, enquadrem-se nas seguintes circunstâncias: fabriquem (direta ou indiretamente, via contrato de *tolling*), formulem ou importem pelo menos um produto defensivo agrícola já comercializado no mercado brasileiro; e sejam os titulares dos direitos de fabricação, formulação ou importação relativos ao registro do referido produto perante o órgão competente.

A empresa deve entrar em contato com o inpEV via *e-mail* ou telefone a fim de receber as informações necessárias para realizar uma reunião presencial com seu representante legal. Nessa reunião, são explicados o sistema de logística reversa, os procedimentos de afiliação ao inpEV, seus processos internos e custos. A proposta de associação é apresentada ao Conselho Diretor mensalmente para aprovação final.

Associadas inpEV

- ADAMA BRASIL S.A.
- ADM DO BRASIL LTDA.
- AGBITECH CONTROLES BIOLÓGICOS LTDA.
- AGRIVALLE BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGICOLAS LTDA.
- AGRO IMPORT DO BRASIL LTDA.
- AGROCETE INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES LTDA.
- AGROFRESH BRASIL LTDA.
- AGROVANT COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA.
- ALAMOS DO BRASIL LTDA.
- ALLIERBRASIL AGRONOMIA LTDA.
- ALTA - AMÉRICA LATINA TECNOLOGIA AGRÍCOLA LTDA.
- AMERIBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- AMVAC DO BRASIL REPRESENTAÇÕES LTDA.
- ANASAC BRASIL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.
- ANDERMATT DO BRASIL SOLUÇÕES BIOLÓGICAS LTDA.
- ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA E AGROPECUÁRIA S.A.
- ATANOR DO BRASIL LTDA.
- ATTA-KILL IND. E COM. DE DEF. AGRIC. LTDA.
- AVGUST CROP PROTECTION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
- BALLAGRO AGRO TECNOLOGIA LTDA.
- BASF S.A.
- BAYER S.A.
- BEQUISA INDÚSTRIA QUÍMICA DO BRASIL LTDA.
- BIO CONTROLE MÉTODOS DE CONTROLE DE PRAGAS LTDA.
- BIOCONTROL SISTEMA DE CONTROLE BIOLÓGICO LTDA.
- BIOTECH CONTROLE BIOLÓGICO LTDA.

- BIOVALENS LTDA.
- BRA DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.
- CCAB AGRO S.A.
- CHDS DO BRASIL COMÉRCIO DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA. (ANTIGA MACROSEEDS)
- COPALLIANCE - COOPERATIVA DE CONSUMO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
- CROPCHEM LTDA.
- CROSS LINK CONSULTORIA E COMÉRCIO LTDA.
- DALNEEM BRASIL COM. DE PROD. AGROPECUÁRIOS LTDA.
- DE SANGOSSE LA LTDA.
- DEGESCH DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- DINAGRO AGROPECUÁRIA LTDA.
- DOMINUS QUÍMICA LTDA.
- DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA.
- DU PONT DO BRASIL S.A.
- EVONIK BRASIL LTDA.
- FÊNIX AGRO PECUS INDUSTRIAL LTDA.
- FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA.
- FORQUÍMICA AGROCIÊNCIA LTDA.
- HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA.
- IHARABRÁS S.A. INDÚSTRIAS QUÍMICAS
- INDOFIL INDUSTRIES DO BRASIL LTDA.
- INDÚSTRIA QUÍMICA DIPIL LTDA.
- INQUIMA LTDA.
- IRRIGAÇÕES DIAS CRUZ LTDA. (KEEP DRY)
- ISAGRO BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROQUÍMICOS LTDA.
- ISCA TECNOLOGIAS LTDA.
- KOPPERT DO BRASIL HOLDING LTDA.
- LABORATÓRIO DE BIOCONTROLE FARROUPILHA LTDA.
- LANDEVO QUÍMICA DO BRASIL LTDA.
- LUXEMBOURG BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
- MANEOGENE AGROCIÊNCIAS S.A.
- MASTERBOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
- MICROQUÍMICA INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA.
- MICROSAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- MITSUI & CO (BRASIL) S.A.
- MOMENTIVE PERFORMANCE MATERIALS INDÚSTRIA DE SILICONES LTDA.
- MONSANTO DO BRASIL LTDA.
- MORSOLETTO SANTOS E VICENTE CANO LTDA.
- NICHINO DO BRASIL AGROQUÍMICOS LTDA.
- NORTOX S.A.
- NOVOZYMES BIOAG PRODUTOS PARA AGRICULTURA LTDA.
- NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A.
- OURO FINO QUÍMICA LTDA.
- OXIQUEMICA AGROCIÊNCIA LTDA.
- OXON BRASIL DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.
- PACKBLEND INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA.
- PB BRASIL IND. E COMÉRCIO DE GELATINAS LTDA.
- PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A.
- PILARQUIM BR COMERCIAL LTDA.
- PLATO DO BRASIL COMÉRCIO LTDA.
- POLAND QUÍMICA LTDA.
- PRENTISS QUÍMICA LTDA.
- PROMIP MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS LTDA.
- PROPHYTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- PROREGISTROS REGISTROS DE PRODUTOS LTDA.
- PROVENTIS LIFESCIENCE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.
- PRTRADE TECNOLOGIA E INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA.
- RAINBOW DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.
- RIZOFLORE BIOTECNOLOGIA S.A.
- ROTAM DO BRASIL AGROQUÍMICA E PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA.
- SABERO ORGANICS AMÉRICA S.A.
- SHARDA DO BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E AGROQUÍMICOS LTDA.

- SIMBIOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES E INSUMOS MICROBIOLÓGICOS LTDA.
- SINON DO BRASIL LTDA.
- SIPCAM NICHINO BRASIL S.A.
- SOLUS INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA.
- STOCKTON - AGRIMOR DO BRASIL
- STOLLER DO BRASIL LTDA.
- SUMITOMO CHEMICAL DO BRASIL REPRESENTAÇÕES LTDA.
- SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS S.A.
- TAGROS BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
- TAMINCO DO BRASIL PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
- TECNICONTROL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS BIOLÓGICOS LTDA.
- TECNOMYL BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA. (ANTIGA GENBRA)
- TERRA NOSSA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES LTDA.
- TOYOBO DO BRASIL LTDA.
- TRADECORP DO BRASIL COMÉRCIO DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA.
- TUNDRA AGROINDUSTRIAL LTDA.
- TZ BIOTEC LTDA. ME
- UNIBRÁS AGROQUÍMICA LTDA.
- UNION AGRO LTDA.
- UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A.
- VECTORCONTROL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.
- VITTIA FERTILIZANTES E BIOLÓGICOS LTDA.
- W. NEUDORFF SERVIÇOS DE AGRICULTURA DO BRASIL LTDA.

Recicladores e incineradores parceiros

Recicladores

Razão Social	Cidade	Estado
PLASTIBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	Cuiabá	MT
CIMFLEX IND. E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.	Maringá	PR
VALPASA INDÚSTRIA DE PAPEL LTDA.	Tangará	SC
VASITEX VASILHAMES LTDA.	Guarulhos	
DINOPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.	Louveira	
ECO PAPER PRODUTOS EM PAPEL LTDA.	Pindamonhangaba	
GLOBAL STEEL TRANSPORTE E COMÉRCIO DE FERRO E AÇO EIRELI	Piracicaba	SP
CAMPO LIMPO TAMPAS E RESINAS PLÁSTICAS LTDA.	Taubaté	
CAMPO LIMPO RECICLAGEM E TRANSFORMAÇÃO DE PLÁSTICO S.A.	Taubaté	
TUBOLIX EMBALAGENS LTDA.	Tietê	
NOVOFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA.	Várzea Paulista	

Incineradores

Razão Social	Cidade	Estado
ECOVITAL CENTRAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL S.A.	Sarzedo	MG
NEOTECH SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.	Uberaba	
CLARIANT S.A.	Suzano	SP
ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.	Taboão da Serra	

Demonstrações financeiras

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Associados e Administradores
Instituto Nacional de Processamento de
Embalagens Vazias - inpEV

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - inpEV ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - inpEV em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto,

de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão

ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Junior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Balanço patrimonial em 31 de dezembro – Em milhares de reais

Ativo	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	2018	2017
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	39.554	39.384	Fornecedores	2.400	1.665
Contas a receber (Nota 7)	11.673	7.903	Contas a pagar às centrais e postos (Nota 12)	2.309	2.105
Adiantamentos concedidos (Nota 8)	5.935	6.264	Excedente de centrais (Nota 13)	2.483	2.600
Despesas do exercício seguinte	101	111	Salários e encargos sociais	2.988	3.017
			Tributos a pagar	340	344
	57.263	53.662	Provisão para contingências (Nota 14)	50	48
			Adiantamentos de associadas (Nota 15)	2	6.536
Não circulante					
Realizável a longo prazo				10.572	16.315
Caução aluguel (Nota 9)	119	77			
Imobilizado (Nota 10)	51.071	46.928	Não circulante		
Intangível (Nota 11)	338	393	Provisão para contingências (Nota 14)	22	287
	51.528	47.398	Total do passivo	10.594	16.602
			Patrimônio líquido (Nota 16)		
			Patrimônio social	98.197	84.458
Total do ativo	108.791	101.060	Total do passivo e patrimônio líquido	108.791	101.060

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de reais

	2018	2017
Receita líquida das atividades (Nota 17)	135.359	126.547
Despesas das atividades		
Gerais e administrativas (Nota 22)	(128.196)	(123.617)
Outros ganhos, líquidos	53	83
Reversão (provisão) para créditos de realização duvidosa, líquido das reversões (Nota 7)	41	(5)
	(128.102)	(123.539)
Superávit operacional	7.257	3.008
Despesas financeiras (Nota 23)	(687)	(816)
Receitas financeiras (Nota 23)	2.387	2.768
Receitas financeiras líquidas	1.700	1.952
Superávit do exercício	8.957	4.960

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido – Em milhares de reais

	Patrimônio social	Reserva de novos associados	Superávit acumulado	Total
Em 1º de janeiro de 2017	77.733	852	-	78.585
Superávit do exercício			4.960	4.960
Afiliações de novos associados (Nota 16)		913		913
Destinação do superávit do exercício	4.960		(4.960)	
Em 31 de dezembro de 2017	82.693	1.765	-	84.458
Superávit do exercício			8.957	8.957
Afiliações de novos associados (Nota 16)		4.782		4.782
Destinação do superávit do exercício	8.957		(8.957)	-
Em 31 de dezembro de 2018	91.650	6.547	-	98.197

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de reais

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	8.957	4.960
Ajustes		
Depreciação e amortização	7.529	7.284
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	349	50
Provisão para contingências líquidas	1.477	1.935
Reversão da provisão para créditos de realização duvidosa	(41)	5
	18.271	14.234
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(3.729)	(2.094)
Adiantamentos concedidos	329	2.660
Despesas do exercício seguinte	10	(25)
Depósitos judiciais	(1.739)	(1.811)
Caução aluguel	(42)	60
Fornecedores	735	532
Contas a pagar às centrais e postos	204	(4.486)
Excedente de centrais	(117)	308
Salários e encargos sociais	(29)	536
Tributos a pagar	(4)	13
Adiantamento de associadas	(6.534)	2.134
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	7.355	12.062
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(11.967)	(7.603)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(11.967)	(7.603)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Contribuições de novas afiliações	4.782	913
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	4.782	913
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	170	5.372
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	39.384	34.012
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	39.554	39.384

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 – Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (“inpEV” ou “Instituto”), com sede em São Paulo, foi fundado em 14 de dezembro de 2001, com prazo indeterminado de duração. É uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo gerir o processo de destinação de embalagens vazias de agrotóxicos e afins no Brasil, dar apoio e orientação à indústria, aos canais de distribuição e aos agricultores no cumprimento das responsabilidades definidas pela legislação, promover a educação e a consciência de proteção ao meio ambiente e à saúde humana e apoiar o desenvolvimento tecnológico de embalagens de agrotóxicos e afins.

Para atingir seus objetivos, o Instituto depende fundamentalmente das contribuições feitas por suas associadas.

De acordo com a legislação em vigor, o Instituto goza de isenção de determinados tributos federais por se tratar de uma sociedade de caráter associativo.

A Lei no 9.718, de dezembro de 1998, estabelece normas para as entidades isentas do pagamento de imposto de renda e da contribuição social (como é o caso do Instituto). Por essa Lei, o Instituto, para manter a isenção, não deve apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, deve destinar esse resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Em 31 de dezembro 2018, o Instituto apresentava 111 empresas associadas, todas fabricantes de agroquímicos (2017 - 108 empresas associadas).

1.1. Descrição do modelo de operação

O Instituto, representante da indústria fabricante de produtos agroquímicos, possui a responsabilidade

legal em dar a correta destinação final às embalagens vazias de seus produtos.

Para viabilizar essa operação, foram criadas as unidades de recebimento de embalagens vazias, que tem por objetivo otimizar o recebimento das mencionadas embalagens do meio rural, para que o Instituto lhes dê a destinação final ambientalmente adequada.

Uma vez recebidas nas unidades de recebimento de embalagens vazias - UREs (postos ou centrais gerenciados por associação de revendas), o Instituto é responsável por sua destinação final que pode ser efetuada através de um processo de reciclagem ou incineração, dependendo das características técnicas das embalagens.

Concomitantemente, o Instituto celebra convênios com empresas recicladoras, tendo como objetivo, a cooperação técnica e operacional na área de reciclagem dos materiais provenientes das embalagens vazias de produtos fitossanitários, recebidos nas UREs, passíveis de serem recicladas.

O envio das embalagens para o processo de reciclagem é efetuado pelas Centrais sob a responsabilidade do Instituto através de uma operação de simples remessa realizada pela central de recebimento para a empresa recicladora.

(a) Taxa de credenciamento de recicladores

O Instituto recebe das empresas recicladoras, uma taxa denominada taxa de credenciamento, correspondente a (i) transferência de conhecimento, às recicladoras, relativamente ao processo de utilização das embalagens vazias derivadas da indústria agroquímica na elaboração de novos artefatos, bem como, (ii) treinamentos dados aos funcionários das recicladoras quanto a gestão adequada das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

(b) Ingressos para custeio de UREs

Pelas embalagens recebidas, as recicladoras efetuam, adicionalmente, um pagamento ao Instituto, a título de ingressos para custeio de UREs. Os ingressos para custeio de UREs são utilizados como forma de ressarcir os custos incorridos pelas centrais e postos com o processo de recebimento de embalagens vazias e preparação para envio ao seu destino final.

Este recurso, recebido das recicladoras pelo Instituto, é transferido às associações de revendas, responsáveis pela gestão das UREs, a título de reembolso pelas despesas e custos incorridos no processo de preparação das embalagens vazias para serem enviadas ao destino final, mediante um processo criterioso de prestação periódica de contas.

A administração do Instituto, em conjunto com seus advogados, efetuou uma análise profunda do seu modelo de negócio e, a partir de dezembro de 2009, estabeleceu alterações nos seus processos cujo novo modelo considera a entrega de embalagens vazias pelas associações de revenda às recicladoras por valor simbólico e mediante emissão de nota fiscal de simples remessa.

As taxas de credenciamento e de ingresso para custeio das UREs são apuradas com base no quilo do produto entregue às recicladoras e representam, respectivamente, de 30% a 40% e de 60% a 70% do volume de produtos processados.

(c) Destinação dos recursos

Enquanto que os ingressos para custeio das UREs são periodicamente transferidos para as associações de revendas para a manutenção das operações das UREs, os recursos obtidos na forma de taxa de credenciamento dos recicladores foram utilizados para a expansão do conjunto de ativos de propriedade do Instituto e arrendada para a companhia Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limpo S.A.") e cujos acionistas são os associados do inPEV (Nota 1.4) na cidade de Taubaté - estado de São Paulo.

(d) Excedente de centrais

O resultado financeiro decorrente da operação de remessa de embalagens vazias realizada pelas centrais de recebimento, para os recicladores, excluído os custos compartilhados entre o Instituto e as associações de revendas são, em geral, deficitários. Entretanto, devido à otimização dos processos operacionais e maior movimentação de embalagens vazias, pode resultar em um resultado financeiro superavitário em um determinado mês ou, após compensação dos déficits, resultar em um saldo final superavitário, o qual é tratado contabilmente pelo Instituto como "excedente de centrais". Como os recursos financeiros estão sob a gestão do Instituto, os saldos de excedente de centrais são controlados em conta corrente específica e discriminados individualmente por central.

Conforme preveem os convênios com as associações de revendas e o Instituto, a central que possuir saldo excedente terá, mediante comum acordo com o Instituto, direito a utilização do mesmo desde que respeitada a seguinte ordem:

- 1º. Melhorias (ampliação, reforma e equipamentos necessários) na própria Unidade de Recebimento;
- 2º. Construção de postos e melhorias (ampliação, reforma e equipamentos necessários) nos postos gerenciados pela associação de revendedores;
- 3º. Melhorias nas Unidades de Recebimento (Centrais) que fazem parte do sistema de destinação de embalagens na mesma unidade da federação;
- 4º. Melhorias nos Postos de Recebimento de Embalagens Vazias da mesma Unidade da Federação;
- 5º. Melhorias nas Unidades de Recebimento e Postos da Federação respeitando a sequência anterior.

(e) Avaliação das incidências tributárias nas operações do Instituto

Concomitante com a análise do modelo de negócios revisado e, com o objetivo de afastar,

ou minimizar, os riscos decorrentes de eventual interpretação sobre a incidência de tributos sobre as operações realizadas, a administração do Instituto obteve dos seus advogados uma avaliação detalhada da tributação das suas operações o qual conclui que as receitas auferidas com a operação do modelo de remessa não estão sujeitas a incidência de quaisquer impostos ou contribuições.

1.2. Unidade de operação

A administração das atividades do Instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

- (a) Processo básico - destina-se à construção, à manutenção e à concessão de subsídios às unidades de recebimento; ao transporte das embalagens vazias dos postos para as centrais e destas para o destino final (recicladora ou incineradora); e pelos custos de destinação final das embalagens para incineração (Nota 22).
- (b) Processo de suporte - destina-se a comunicação e divulgação das operações do Instituto, para educação, treinamento e conscientização das partes envolvidas e interessadas, ao apoio jurídico e projetos que visem a auto sustentabilidade do sistema (Nota 22).
- (c) Processo administrativo - destina-se à manutenção da área Administrativa do Instituto, incluindo toda parte de pessoal (Nota 22).

1.3. Unidade de operação Recicladora

Com o objetivo de atingir a auto sustentabilidade do modelo de negócios do Instituto, foi construída uma unidade recicladora para absorver parte das embalagens recebidas nas centrais de recebimento de embalagens e destinadas à fabricação de novas embalagens plásticas e em 2008 o conjunto de ativos foi arrendado a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limpo S.A."). O investimento do Instituto na construção e montagem e expansão da unidade fabril, atualmente, é de R\$ 70.261 (2017 - R\$ 65.761) (Nota 10).

1.4. Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.

O Instituto tem como um dos seus objetivos a auto sustentabilidade econômica do programa de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos por meio de verticalização do processo de recebimento e destinação dessas embalagens. Para atingir este objetivo, foi estabelecido um plano de investimento estruturado inicialmente em 4 fases: 1a fase - reciclagem de plásticos rígidos; 2a fase - transformação de plásticos rígidos em embalagens, 3a fase - reciclagem de plásticos flexíveis; e 4a fase - transformação plásticos flexíveis.

Em 2006, os associados do Instituto aprovaram a implantação das fases 1 e 2, que resultou na construção e estruturação da companhia Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limpo S.A."), cujo objetivo é a reciclagem de embalagens vazias e fabricação de embalagens nos padrões exigidos pelos seus associados, os quais são fabricantes de produtos fitossanitários.

Em 18 de abril de 2011, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária, a decisão de abandonar as fases 3 e 4, e ampliar as fases 1 e 2 direcionando investimentos para a compra de equipamentos de sopro (fabricação de embalagens).

A ampliação das fases 1 e 2 implicou na aquisição de 4 equipamentos de sopro representando investimentos na ordem de R\$ 20.000 (não auditado), todos estes instalados até dezembro de 2013 encerrando, portanto, os investimentos do projeto.

De forma a viabilizar a operação da Campo Limpo S.A. foi firmado, com o inpEV, um contrato de arrendamento mercantil dos ativos descritos na Nota 10, com remuneração ao instituto na ordem de 10% do faturamento líquido da Campo Limpo S.A. (Nota 21).

Em 8 de dezembro de 2015, foi assinado um termo aditivo para estabelecer que, havendo interesse

e comum acordo entre as Partes, a Campo Limpo S.A. poderá instalar novos equipamentos ou substituí-los buscando a ampliação do seu faturamento e a melhoria de qualidade dos produtos, fato que impacta diretamente no valor do arrendamento pago ao inpEV.

Neste mesmo aditivo, na cláusula 1.3.2.1 ficou estabelecido que Campo Limpo arcará com a manutenção dos equipamentos e deverá descontar os valores desembolsados nos alugueis subsequentes a realização das despesas, comprovando documentalmente, o pagamento das mesmas.

A partir de então, passou a fazer parte do arrendamento, como dedução, os desembolsos efetuados pela Campo Limpo com despesa de manutenção de ativos.

Com o objetivo de reduzir o custo total do sistema, em assembleia geral dos associados do inpEV ocorrida em 19 de setembro de 2016, foi aprovada a realização de investimentos para a extensão das atividades da companhia da ordem de R\$ 41.200 para o período de 2017 a 2019 (2017 R\$ 2.727 e 2018 R\$ 7.455), com o objetivo de buscar a redução do custo total do sistema, através da geração de receitas pelo arrendamento do imobilizado e ampliação dos resultados da Campo Limpo S.A.

1.5. Campo Limpo Tampas e Resina s Plásticas Ltda.

Com o propósito de fechar o ciclo de vida da embalagem dentro da própria cadeia, em 24 de janeiro de 2014 foi constituída a Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda. ("Campo Limpo Tampas"), com 99,99% de quotas detidas pela Campo Limpo S.A., que tem por objetivo produzir um sistema de vedação de alta performance, as chamadas Ecocaps. Desta forma, será fornecido ao cliente uma solução completa contemplando embalagens (produzidas pela Campo Limpo S.A.) e tampas (produzidas pela Campo Limpo Tampas).

Para a consecução das operações da Campo Limpo Tampas, o Instituto firmou contrato de

arrendamento de um espaço existente na Campo Limpo S.A. cuja remuneração equivale a 0,5% do faturamento mensal.

Em 2018, o Instituto obteve receita de arrendamento decorrente das operações da Campo Limpo Tampas no valor de R\$ 173 (2017 - R\$ 157) o qual está detalhado na rubrica de "Arrendamento mercantil operacional" (Nota 21).

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros" e nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e Conselho Diretor em 18 de fevereiro de 2019.

2.1.1. Novas normas contábeis que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2018

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e não geraram impactos materiais para o Instituto:

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são:

(i) novos critérios de classificação de ativos financeiros;

Até 31 de dezembro de 2017 o Instituto classificava seus ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis, de acordo com o CPC 38. Com a adoção do IFRS 9/CPC 48, os ativos financeiros foram reclassificados para a categoria de custo amortizado (Nota 2.3)

(ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas;

O modelo de perdas esperadas, previsto no IFRS 9/CPC 48, não gerou impacto nas demonstrações financeiras do InpEV, uma vez que o contas a receber do Instituto é representado substancialmente pelas contribuições das empresas associadas, atreladas ao reconhecimento das despesas incorridas, e valores a receber dos recicladores referentes ao fornecimento de embalagens.

No caso do contas a receber das contribuições não há histórico de inadimplência uma vez que a indústria é obrigada, pela Lei 7.802, a implementar um programa de logística reversa das embalagens vazias de agroquímicos para realizar suas atividades no Brasil e caso

venha a deixar de pagar o InpEV, que é o representante da indústria no País, a mesma não poderá dar continuidade ao seu negócio.

Com os recicladores existe um convênio de cooperação técnica e operacional na área de reciclagem que suporta o fornecimento de material (embalagens) e, em caso de inadimplência, o fornecimento é suspenso e o mesmo é descredenciado do Sistema gerando prejuízos consideráveis ao seu negócio.

(iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

O Instituto não possui operações de hedge, não sendo aplicável este item do IFRS9/CPC48.

Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 9 / CPC 48 foram aplicadas de forma retrospectiva simplificada, porém, sem alteração de valores monetários na data da transição.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A Administração do Instituto não identificou impactos decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, visto que os critérios de reconhecimento de receita praticados pelo InpEV atendem ao princípio de transferência de controle de um bem ou um serviço ao cliente que, no caso do InpEV, ocorre à medida em que são incorridos os custos e as despesas para administrar o sistema (Nota 2.14).

Transição

A Empresa adotou o CPC 47/IFRS 15, usando o método retrospectivo, ou seja, com adoção inicial da norma em 1º de janeiro de 2018, sem reapresentação dos períodos anteriores. Adicionalmente a administração realizou análise dos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2017 e não foram observados impactos com a adoção desta nova norma.

IFRIC 22/ICPC 21 - “Transações em moeda estrangeira”, que também entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira.

O Instituto não possui transações em moeda estrangeira, desta forma o IFRIC 22/ICPC não é aplicável para o inpev.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3. Ativos financeiros

2.3.1. Classificação

O Instituto classifica seus ativos financeiros na categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros classificados na categoria de custo amortizado, são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos

e recebíveis do Instituto compreendem “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber”, “Caução aluguel” e “Depósitos judiciais”.

2.3.2. Impairment de ativos financeiros Ativos mensurados ao custo amortizado

O Instituto avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Evidência objetiva de *impairment* poderia incluir, dentre outras:

- dificuldade financeira significativa de recebimento da associada;
- inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

2.4. Contas a receber

As contas a receber, representadas pelos valores devidos por associadas e decorrentes da contraprestação dos serviços prestados pelo Instituto na consecução de suas atividades, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, menos as perdas esperadas. As perdas esperadas são estabelecidas quando existe uma evidência

provável de que o Instituto não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda esperada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Até 31 de dezembro de 2017 o Instituto utilizava o modelo de perdas incorridas para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O prazo médio de recebimento do saldo de contas a receber é de 30 dias.

2.5. Adiantamento concedidos

Os adiantamentos concedidos, representados por recursos antecipados às centrais e postos para suportar as necessidades de caixa de curto prazo, são avaliados pelo custo.

2.6. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura e só podem ser movimentados mediante ordem judicial. Estes depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as normas legais, e estão apresentados no balanço patrimonial líquido da provisão para contingências (Nota 14).

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus

valores residuais durante a vida útil estimada, conforme segue:

	Anos
Edificações	50 - 60
Equipamentos e instalações	10-15
Veículos	5
Móveis e utensílios	12 - 16
Outros	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos", na demonstração do resultado.

2.8. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquido de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.9. Intangível

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

2.10. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment*

sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.11. Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar substancialmente representadas por despesas incorridas pelas associações de revendas no processo de manutenção das unidades de recebimento das embalagens.

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12. Provisões

O Instituto reconhece um gasto como provisão quando: (a) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (c) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos

riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13. Benefícios a empregados – remuneração variável

O Instituto reconhece um passivo e uma despesa para pagamento de remuneração variável com base em metas atingidas por seus empregados. O reconhecimento da remuneração variável é usualmente efetuado por ocasião do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pelo Instituto.

2.14. Reconhecimento de receita e correspondentes despesas

A receita compreende o valor presente das contribuições das associadas, receitas dos recicladores (taxa de credenciamento e ingresso para custeio de UREs), receita de arrendamento mercantil operacional e recursos repassados pela Campo Limpo S.A. por conta e ordem de seus acionistas, também a associados do inpEV a título de contribuições extraordinárias.

Os valores relacionados com a unidade de negócio de gestão do sistema de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos são reconhecidos como receita do exercício na medida em que são incorridos os custos e despesas para administrar o sistema.

(a) Contribuições das associadas

Considerando que as contribuições das associadas são efetuadas para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte e incineração de embalagens vazias, entre outros, é considerado contribuições de associados o montante correspondente aos custos e despesas incorridos. As contribuições são aprovadas pelos associados na elaboração do orçamento anual e sua realização é apresentada e aprovada mensalmente nas reuniões entre o Conselho Diretor e o Instituto.

As Contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos e despesas incorridos

são contabilizadas na rubrica "Adiantamento de associadas", no passivo circulante.

(b) Taxa de credenciamento de reciclador

O montante da taxa de credenciamento do reciclador é calculado com base no volume de embalagens recebidas e destinadas para a reciclagem e reconhecida por ocasião da efetiva entrega das embalagens vazias às recicladoras. Equivale a aproximadamente 30% a 40% do valor obtido com o envio das embalagens para reciclagem e é utilizada na composição da redução da contribuição anual dos associados do inpEV.

(c) Ingressos para custeio de UREs

Os ingressos para custeio de UREs, correspondentes a 60% a 70% do valor obtido com o envio das embalagens para reciclagem e aplicados na unidade de negócio gestão do sistema de logística reversa das embalagens vazias, são reconhecidos no momento da entrega efetiva aos recicladores e aplicados no momento que as UREs (centrais e postos) apresentam os gastos ocorridos com a operação de preparação das embalagens para envio ao destino final.

(d) Arrendamento mercantil operacional

As receitas com arrendamento mercantil operacional são reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios com base em 10% da receita líquida mensal das vendas de produtos da Campo Limpo S.A. e Campo Limpo Tampas, conforme previsto no Contrato de Locação de Imóvel e Outras Avenças assinado pelas partes.

(e) Contribuições extraordinárias

São recursos repassados pela Campo Limpo S.A., por conta e ordem de seus acionistas também associados do Instituto, aprovados em Assembleia Geral Ordinária, para abatimento dos valores das contribuições ordinárias devidas ao inpEV.

A receita referente às contribuições extraordinárias é reconhecida após aprovação

dos recursos na Assembleia da Campo Limpo S.A.

As contribuições extraordinárias são utilizadas para a redução do valor da contribuição ordinária das associadas do inpEV.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

O Instituto faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes ficam próximas aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão contempladas a seguir:

(a) Processo de gestão da destinação final das embalagens vazias dos produtos fitossanitários e tributação da taxa de credenciamento de reciclador

Até novembro de 2009, as associações de revendas vinham efetuando a venda das embalagens vazias às recicladoras. O Instituto, por sua vez, recebia valores das recicladoras a título de taxa de credenciamento de reciclador, que seria devida em função do credenciamento das recicladoras, pela transferência de conhecimento relativamente ao processo de reciclagem de resíduos plásticos, da confecção de novos artefatos a partir deste material, bem como em função do treinamento dos profissionais das recicladoras para a adequada gestão das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

Com o propósito de afastar quaisquer questionamentos fiscais que porventura pudessem existir sobre a operação de venda de embalagens pelos participantes do sistema, e tendo em vista que a propriedade das

embalagens é detida pelos fabricantes de produtos fitossanitários, a administração do Instituto, apoiada por estudos realizados por advogados externos, procedeu a alterações em seu modelo de negócio (Nota 1.1).

Com a implementação do novo modelo de negócio a partir de 1o de dezembro de 2009, o procedimento de venda das embalagens vazias às recicladoras foi descontinuado, sendo que o montante que anteriormente correspondeu ao pagamento das recicladoras às associações de revendedores pelo recebimento das embalagens vazias, foi incorporado ao valor dos ingressos para custeio das UREs e

passou a ser cobrado diretamente pelo Instituto. Em contrapartida, parcela dos ingressos para custeio das UREs recebidos pelo Instituto passou a ser utilizado para subsidiar parte dos custos incorridos pelas unidades de recebimento das embalagens vazias, as quais incluem as associações de revendedores.

O Instituto, baseado em estudo elaborado por seus advogados externos, entende não ser necessário o recolhimento de qualquer tributo sobre as operações de remessa de embalagens.

(b) Provisão para contingências tributárias e trabalhistas

Como descrito na Nota 14 às demonstrações financeiras, o Instituto discute nos tribunais a tributação da COFINS sobre taxa de credenciamento e discute verbas rescisórias com ex-funcionários (próprios e das URE's). Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação

dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

O Instituto está exposto aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez.

(a) Risco de crédito

O Instituto realiza aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha com objetivo de minimizar riscos de liquidez.

O contas a receber é representado pelos valores não recebidos de associados e recicladores. Para os casos em que alguma associada ou reciclador encontrar-se inadimplente (Nota 7), a administração do Instituto inicia um processo de cobrança amigável de forma a equacionar o recebimento do saldo devedor e, na eventualidade de se configurar em um problema, a administração do Instituto pode instaurar um processo de cobrança judicial.

(b) Risco de liquidez

É um risco de o Instituto não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos do Instituto ao administrar seu capital social são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para reinvestimento, além de manter uma estrutura de capital que seja suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros do Instituto representados por "caixa e equivalentes de caixa" (substancialmente aplicações financeiras em fundos de investimento), "contas a receber" de associadas, "caução aluguel" e "depósitos judiciais", são todos classificados na categoria de custo amortizado.

Os passivos financeiros como "fornecedores", "adiantamento de associadas e recicladores" e "provisão para contingências", são classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

5.1. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

As disponibilidades e aplicações financeiras da Entidade são transacionados com instituições financeiras com os seguintes *ratings* (FICTH):

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa e títulos Banco Itaú S.A. – AAA	39.179	39.371
	39.179	39.371

A qualidade do crédito dos ativos financeiros de contas a receber de clientes é calculada com base em uma avaliação de risco de um cliente vir a não honrar com o pagamento nas datas de vencimento e na dificuldade de recuperação destes créditos mediante cobrança amigável.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	15	13
Bancos conta-movimento	360	7
Fundos de investimento (*)	39.179	39.364
	39.554	39.384

(*) O montante representa o numerário aplicado em fundos de investimentos financeiros, depositados no Banco Itaú S.A., são remunerados com base na variação de 98,20% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (2017 – Banco Itaú S.A – 100,64%), de liquidez imediata, sem desconto significativo no resgate.

7. Contas a receber

	2018	2017
Contribuições de associadas – Agroquímicos	7.664	4.362
Recicladores		
Credenciamento de recicladores	1.055	860
Ingresso para custeio de UREs	4.505	2.791
Arrendamento operacional - Campo Limpo S.A.	2.286	1.419
Contribuições Extraordinárias	-	2.262
Outras contas a receber	-	87
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.837)	(3.878)
	11.673	7.903

As movimentações na provisão de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes do Instituto são as seguintes:

	2018	2017
Em 1º de janeiro	(3.878)	(3.873)
Adições	-	(5)
Baixas por recebimento	41	-
Em 31 de dezembro	(3.837)	(3.878)

O Instituto, após cobranças amigáveis e, por meio de seus advogados, decidiu impetrar processo judicial contra a associada inadimplente Fersol Indústria e Comércio Ltda. cujo saldo em aberto em 31 de dezembro de 2018 correspondia ao valor de R\$ 3.667 (2017 - R\$ 3.667). O restante do saldo, no valor de R\$ 170, refere-se a dois recicladores que estão com dificuldades financeiras em suas operações e o Instituto decidiu provisionar este montante.

Os valores a receber apresentam os seguintes prazos de vencimento:

	2018	2017
A vencer	3.394	3.828
Vencidos		
Até 60 dias	7.410	4.066
De 61 a 90 dias	880	10
De 91 a 180 dias	4	-
De 180 a 360 dias	23	45
Superiores a 360 dias	3.799	3.832
	15.510	11.781

8. Adiantamentos concedidos

	2018	2017
Adiantamentos para centrais (i)	3.941	4.231
Adiantamentos para postos (i)	1.033	1.307
Adiantamentos a funcionários	68	64
Adiantamentos de folha de pagamento	203	326
Outros adiantamentos	690	336
	5.935	6.264

(i) Conforme acordo firmado com as associações de revendas responsáveis pela administração das centrais e dos postos de recebimento de embalagens vazias, vigente até novembro de 2009, o Instituto foi responsável por parte dos custos incorridos e respectivos déficits apurados. Com a vigência do novo modelo de negócios (Nota 1.1). A partir de

dezembro de 2009, o Instituto passou a ser responsável pela gestão dos recursos gerados pela remessa das embalagens aos recicladores e ressarcimento da totalidade dos custos incorridos pelas associações de revendas.

Em certas circunstâncias, o Instituto concede adiantamentos às centrais e postos, com base na média dos últimos três meses do total das despesas apresentadas pela central. Tais adiantamentos são reconhecidos no resultado do exercício por meio de apresentação da documentação-suporte dos gastos incorridos.

Do saldo de R\$ 3.941 em 31 de dezembro de 2018, R\$ 1.942 corresponde a valores antecipados a determinadas centrais, superavitárias, em conformidade com a prestação de contas mensal e o restante do saldo refere-se ao adiantamento concedido que ainda estão dentro do prazo estabelecido pelo Instituto para prestação de contas. Porém, por serem centrais superavitárias, não utilizaram os recursos antecipados na execução de suas atividades e conforme mencionado na Nota 1.1(d), o Instituto apresenta no passivo, sob a rubrica de Excedente de centrais, saldos a pagar para centrais superavitárias e que são utilizados segundo hierarquia de utilização previamente estabelecida.

9. Caução aluguel

O saldo de R\$ 119 (2017 - R\$ 77), é referente ao depósito caução, definido no contrato de locação dos imóveis situado à Avenida Roque Petroni Junior, 850, local da sede do Instituto. Ao final do contrato, o valor será resgatado.

10. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Obras em andamento/ adiantamentos	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	431	12.334	32.934	611	308	28	46.646		46.646
Aquisição		657	2.127	483	234		3.501	3.948	7.449
Baixa			(21)	(18)	(11)		(50)		(51)
Depreciação		(940)	(5.726)	(351)	(88)	(12)	(7.117)		(7.116)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	431	12.051	29.314	725	443	16	42.980	3.948	46.928
Custo total	431	18.224	60.978	1.979	1.001	118	82.733	3.948	86.681
Depreciação acumulada		(6.173)	(31.664)	(1.254)	(558)	(103)	(39.753)		(39.753)
Valor residual	431	12.051	29.314	725	443	16	42.980	3.948	46.928
Saldos em 31 de dezembro de 2017	431	12.051	29.314	725	443	16	42.980	3.948	46.928
Aquisição		231	4.346	999	112	8	5.697	6.172	11.869
Baixa			(180)	(137)	(31)		(348)		(348)
Depreciação		(975)	(5.896)	(415)	(81)	(10)	(7.378)		(7.378)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	431	11.307	27.584	1.172	443	14	40.951	10.120	51.071
Custo total	431	18.456	64.754	2.246	1.080	126	87.093	10.120	97.213
Depreciação acumulada		(7.149)	(37.170)	(1.074)	(637)	(112)	(46.142)		(46.142)
Valor residual	431	11.307	27.584	1.172	443	14	40.952	10.120	51.071

Conforme nota 1.3, os associados constituíram uma entidade em separado, denominada Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limpo S.A."). Os ativos da Campo Limpo S.A. foram adquiridos pelo inpEV e estão registrados como imobilizado do Instituto. O custo desses ativos em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 70.261 (2017 - R\$ 65.761).

Em 1o de maio de 2008, o Instituto firmou contrato de locação do imóvel, equipamentos

industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramentas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que estão instalados e em funcionamento, bem como equipamentos sobressalentes pertencentes ao imóvel com a companhia Campo Limpo S.A. Tal contrato possui prazo de dez anos com renovação automática por igual período, caso não seja denunciado por qualquer das partes, o que ocorreu em 2018.

Os ativos arrendados à Campo Limpo S.A., incluídos no quadro acima, estão demonstrados como segue:

Descrição	2018		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Edificações e benfeitorias	16.831	(5.987)	10.844
Equipamentos e instalações	46.888	(28.068)	18.820
Veículos	467	(268)	199
Móveis e utensílios	579	(404)	175
Imobilizado em andamento	5.466	-	5.466
Outros	30	(24)	6
	70.261	(34.751)	35.510

Descrição	2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Edificações e benfeitorias	16.831	(5.326)	11.505
Equipamentos e instalações	45.410	(23.700)	21.810
Veículos	426	(281)	145
Móveis e utensílios	535	(359)	176
Imobilizado em andamento	2.436	-	2.436
Outros	23	(23)	
	65.761	(29.689)	36.072

11. Intangível

	Softwares adquiridos
Saldos em 31 de dezembro de 2016	407
Aquisição	154
Amortização	(168)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	393
Custo total	1.905
Amortização acumulada	(1.512)
Valor residual	393
Saldos em 31 de dezembro de 2017	393
Aquisição	97
Amortização	(152)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	338
Custo total	2.000
Amortização acumulada	(1.662)
Valor residual	338

Os ativos intangíveis relacionados à Campo Limpo S.A. em 31 de dezembro de 2018, incluídos no quadro acima, estão demonstrados como segue:

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Hardware e software	651	(483)	168

12. Contas a pagar às centrais e postos

Referem-se aos valores a pagar para as UREs (centrais e postos) em decorrência do compartilhamento dos custos de manutenção operacional firmado entre o Instituto e os gestores dessas unidades (associação de vendas), e cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R\$ 2.309 (2017 - R\$ 2.105).

13. Excedente de centrais

Conforme descrito na Nota 1.1 (d), o saldo de excedentes de determinadas centrais, no valor de R\$ 2.483 (2017 - R\$ 2.600), é segregado em conta de aplicação financeira específica, controlado por central, e somente poderá ser utilizado após aprovação prévia do Instituto e desde que respeitada a hierarquia de prioridades prevista no convênio entre as partes.

14. Contingências

As discussões judiciais e seus correspondentes depósitos judiciais estão apresentados conforme seguem:

	Depósitos judiciais		Contingência	
	2018	2017	2018	2017
Tributária - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (i)	16.717	14.978	16.767	15.026
Trabalhistas (ii)			22	287
	16.717	14.978	16.789	15.313
Depósitos judiciais relacionados com discussões judiciais	(16.717)	(14.978)	(16.717)	(14.978)
Valor líquido das discussões judiciais			72	335
Menos passivo circulante			(50)	(48)
No passivo não circulante			22	287

Movimentação das discussões judiciais nos exercícios de 2018 e de 2017 está demonstrada a seguir:

	Tributária	Trabalhista	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	13.034	344	13.378
Complemento/adições (iii)	982	287	1.269
Reversão/baixa		(344)	(344)
Atualização monetária	1.010		1.010
Saldos em 31 de dezembro de 2017	15.026	287	15.313
Complemento/adições (iii)	1.105	16	1.122
Reversão/baixa		(281)	(281)
Atualização monetária	636		636
Saldos em 31 de dezembro de 2018	16.767	22	16.790

(i) Desde 2004, o Instituto tem gerado receitas de taxa de credenciamento conforme acordos firmados com as recicladoras. O Instituto e seus advogados tributaristas, diferentemente da Receita Federal do Brasil (RFB), entendem que essas receitas não são passíveis de tributação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Dessa forma, em 2 de julho de 2004, o Instituto formulou uma consulta à Superintendência Regional da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, em São Paulo, a fim de esclarecer a omissão legislativa acerca da tributação do PIS e da

COFINS sobre outras receitas (receitas de taxa de credenciamento) nas entidades sem fins lucrativos, isentas do imposto de renda.

Em 9 de junho de 2008, o Instituto obteve resposta positiva com relação à consulta referente ao PIS, sendo confirmado o pagamento apenas sobre os saldos de folha de pagamento, o que, regularmente, tem sido realizado desde o início de suas operações, em março de 2002.

Entretanto, com relação à COFINS, a resposta da Superintendência Regional da Receita

Federal foi negativa, confirmando a tributação sobre tal receita. O Instituto, apoiado por seus advogados tributaristas, manteve o posicionamento contrário a decisão da RFB e, em fevereiro de 2009, impetrou mandado de segurança para assegurar o seu direito de não recolher a COFINS sobre a taxa de credenciamento. Em 13 de maio de 2009, foi indeferido o pedido de liminar solicitado pelo Instituto relativamente ao mandado de segurança.

Em outubro de 2013 foi proferida sentença que não concedeu o pedido do inPEV e determinou o pagamento da COFINS. Em novembro de 2013 o Instituto apresentou recurso ao Tribunal Regional Federal, para o qual ainda não há previsão de julgamento.

Preventivamente e, com o objetivo de salvaguardar o valor original da obrigação fiscal, o Instituto passou a efetuar o depósito judicial da totalidade do valor provisionado acrescido de multas e juros, referente ao período de 2004 a dezembro de 2018, que totalizou R\$ 16.767 (2017 - R\$ 15.026). O correspondente depósito judicial está sendo apresentado pelo valor líquido no passivo.

Além dos aspectos da COFINS anteriormente referidos, com base na opinião dos advogados externos do Instituto, e por referirem-se à transmissão de informação e conhecimento técnico relativo ao tratamento de embalagens vazias até o seu destino final, as receitas não estão sendo objeto de tributação de qualquer outro tributo.

Em 2014, a Fazenda Nacional apresentou suas Contra-Razões em face do Recurso de Apelação interposto pelo Instituto e os autos foram remetidos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso de Apelação interposto pelo Instituto.

(ii) Foi constituída a provisão trabalhista referente a processos movidos por ex-funcionários das UREs cuja expectativa de perda atribuída

pelos advogados como sendo provável perda, ponderada pela participação do Instituto.

(iii) O valor de R\$ 1.105 (2017 - R\$ 982), refere-se ao montante de imposto a ser pago no exercício de 2018 e que está sendo depositado em juízo em decorrência da discussão judicial de tributação da COFINS sobre a taxa de credenciamento.

(a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Houve a ocorrência de alguns processos trabalhistas movidos por ex-funcionários das UREs e, o Instituto, como corresponsável nesses processos, realiza, rotineiramente um acompanhamento dos mesmos junto a sua área jurídica.

O objetivo deste acompanhamento é orientar as associações de revendas, legítimos empregadores, quanto à melhor condução dos processos cujo valor em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R\$ 457 (2017 - R\$ 1.078).

Na hipótese de desfecho final desfavorável, o Instituto arcará com o custo proporcional a sua contribuição nas despesas mensais dessas UREs.

Co-responsabilidade de cumprimento de obrigações trabalhistas

Em 2015, o Ministério Público do Trabalho (MPT) de Mato Grosso moveu ação civil pública contra o Instituto, no valor aproximado de R\$ 58.000, questionando a responsabilidade trabalhista na gestão da Unidade de Recebimento de Sapezal, que é administrada exclusivamente pela Associação dos Engenheiros Agrônomos de Sapezal (AEASA), tendo sido o Instituto e as demais rés (indústrias) incluídos como corresponsáveis no cumprimento das obrigações trabalhistas.

De acordo com seus consultores jurídicos, a imputação de co-responsabilidade trabalhista ao Instituto não prospera, uma vez que não há

qualquer tipo de responsabilidade trabalhista que pudesse ser imputada ao Instituto e demais rés, em função do compartilhamento de obrigações ambientais no fluxo de uma cadeia de logística reversa.

Em maio de 2018, o Juízo da Vara do Trabalho de Sapezal – MT julgou parcialmente procedente a ação civil pública, condenando a AEASA ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), bem como indenização por dano moral individual de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para cada funcionário laborando da Unidade de Recebimento; tanto o Instituto quanto as indústrias tiveram reconhecida, na sentença, sua total ausência de responsabilidade sobre os fatos discutidos no processo.

O MPT ajuizou recurso ordinário, atualmente aguardando julgamento no Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

A administração do Instituto, apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos, avaliou o risco de perda neste processo como possível, razão pela qual, não consignou qualquer valor nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

15. Adiantamentos de associadas

Considerando que as contribuições das empresas associadas são para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte e destinação final, dentre outros, das embalagens vazias; as contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos e despesas incorridos, são contabilizados na rubrica de adiantamento de associadas.

A movimentação dos adiantamentos de associadas é conforme segue:

	1º de janeiro de 2018	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2018
Contribuições dos associados (i)	6.534	68.639	(75.173)	-
Crop Life Associados saneantes	2			2
	6.536	68.639	(75.173)	2

(i) O orçamento do Instituto de cada exercício considera investimentos necessários com expansão, manutenção e melhorias nas centrais e postos. O saldo remanescente ao final de cada exercício corresponde à parcela de investimentos aprovados em determinado exercício, porém, não incorridas até aquele encerramento.

As adições de contribuição dos associados no montante de R\$ 68.639 correspondem substancialmente às contribuições estimadas dos associados no valor de R\$ 85.917, deduzidos do plano de redução das

contribuições no valor de R\$ 20.000 e das contribuições extraordinárias dos associados que participam no capital da Campo Limpo S.A., no valor de R\$ 2.722.

As baixas de 2018, representam o reconhecimento de receita líquida das contribuições das associadas no valor de R\$ 75.173, valor resultante das contribuições brutas de agroquímicos no valor de R\$ 92.452 (Nota 17), deduzidas da redução de aporte no valor de R\$ 20.000, acrescidos do valor repassado pela Campo Limpo S.A. no valor de R\$2.722.

O saldo de adiantamento a associadas em 31 de dezembro de 2017, composto por comprometimento de verba no montante de R\$ 4.270 e sobra de orçamento no valor de R\$ 2.264 foram realizados durante o exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2018 não há saldo de adiantamento de associados visto que todas as contribuições recebidas foram utilizadas durante o exercício de 2018.

16. Patrimônio social

Conforme artigo do estatuto social do Instituto, o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit operacional serão aplicados integralmente no país, na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, participações ou de diluição de parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

(a) Reserva de novos associados

Ao longo do ano de 2013, o conselho diretor do inpEV, em conjunto com a diretoria executiva, discutiu a necessidade de cobrança de uma taxa de afiliação ao Instituto aos novos solicitantes, a título de reembolso por todos os investimentos já realizados pelos atuais associados ao longo da existência do Instituto.

Na 17ª Assembleia Geral de Associados, ocorrida em 14 de abril de 2014, os associados aprovaram os seguintes principais termos para afiliação de novos associados:

- (i) Pagamento único, no valor de vinte salários mínimos, devido a partir da concessão do pedido de afiliação pelo Conselho Diretor;
- (ii) 1,5% (um e meio por cento) do faturamento líquido anual do novo associado computado com base no negócio de defensivos agrícolas, pago por três anos e apurado a cada ano do efetivo pagamento a partir do primeiro ano em que o associado informar ter colocado embalagens no mercado de forma direta, caso não o faça deste o princípio; e
- (iii) Metade do valor do custo/quilo médio de embalagens apurado no orçamento anual

do inpEV multiplicado pela quantidade de embalagens colocadas pelo associado no mercado, de forma direta e/ou por meio de terceiros, pago por cinco anos, e cobrados a partir do primeiro ano em que o associado informar ter colocado embalagens no mercado (de forma direta e/ou por meio de terceiros), caso não o faça deste o princípio.

Os associados entrantes a partir de janeiro de 2014 que iniciaram a comercialização de produtos agroquímicos, passaram a ter a responsabilidade de retirada de suas embalagens vazias do meio ambiente. Dessa forma, as taxas de afiliação no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, correspondeu ao valor de R\$ 4.782 (2017 – R\$ 913).

O acréscimo de R\$ 3.869 na conta reserva de novos associados em 2018, foi motivado pela suspensão das cobranças (Taxas II e III) no ano de 2017, devido à revisão, pela administração do Instituto, e aprovação pelo Conselho Diretor, do cálculo da taxa III que deixou de ser calculada sobre 1,5% do custo quilo médio do inpEV, passando para metade do custo quilo médio da embalagem do associado.

Durante o ano de 2017 foi realizado a análise e revisão da fórmula de cálculo e suspenso qualquer cobrança enquanto não houvesse uma definição final. A nova fórmula de cálculo foi aprovada na 25ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2018.

Após a aprovação em assembleia o Instituto realizou a cobrança dos dois períodos (2017 - R\$ 2.175 e 2018 - R\$ 2.607). Considerando tratar-se de contribuição de afiliação de um novo associado, os valores recebidos estão sendo registrados em contrapartida do patrimônio líquido sob rubrica de Reserva de novos associados.

(b) Plano de redução das contribuições

O projeto original de auto sustentabilidade do Instituto previa, em determinado momento futuro, o início da redução das contribuições das associadas em decorrência das gerações de

receitas conforme definido em seu modelo de negócios (Nota 1.1). Conforme correspondência enviada aos associados em novembro de 2017, foi informado a diminuição das contribuições das associadas para o exercício de 2018 no valor de R\$ 15.000 (2017 - R\$ 15.000).

Contudo, devido ao melhor desempenho da geração de receita houve aumento na redução das contribuições no valor de R\$5.000, totalizando em 2018 uma redução de R\$20.000.

17. Receita líquida das atividades

	2018	2017
Contribuições das associadas - agroquímicas (Nota 15 (i))	92.451	84.668
Taxa de credenciamento de recicladores (Nota 18)	14.544	13.546
Ingressos para custeio de UREs (Nota 19)	38.328	36.900
Contribuições extraordinárias (Nota 20)	2.722	3.062
Arrendamento mercantil operacional (Nota 21)	7.688	6.780
Trabalhos voluntários (Conselhos Diretor e Fiscal)	611	601
Outros	303	1
	156.647	145.558
Deduções das receitas		
Desconto na contribuição de associados (Nota 15 (i))	(20.000)	(17.865)
COFINS sobre taxa de credenciamento	(704)	(631)
COFINS sobre o arrendamento	(584)	(515)
Receita líquida das atividades	135.359	126.547

18. Taxa de credenciamento de recicladores

Em 2004, o Instituto firmou convênios com as empresas recicladoras referentes a serviços de cooperação técnica e operacional na área de reciclagem de resíduos plásticos. Esses serviços consistem em desenvolvimento, treinamentos e estudos de melhorias das etapas do processo de reciclagem.

Como resultado desses convênios, o Instituto registrou uma receita em 2018 no montante de R\$ 14.544 (2017 - R\$ 13.546).

19. Ingressos para custeio de UREs

A partir de dezembro de 2009, com o advento do novo modelo de remessa de embalagens, passa a existir uma nova forma de receita gerada pelo reciclador, denominada ingressos para custeio de UREs. Conforme descrito na Nota 1.1, as receitas auferidas com os ingressos para custeio de UREs são utilizadas para subsidiar os custos incorridos

pelos unidades de recebimento de Em 2018, as receitas auferidas com ingressos de custeio de UREs totalizaram R\$ 38.328 (2017 - R\$ 36.900).

20. Contribuições extraordinárias dos associados

Conforme autorizado anualmente pela Assembleia Geral Ordinária da Campo limpo S.A., os montantes recebidos de seus acionistas, os quais são substancialmente associadas do Instituto, devem ser investidos no aperfeiçoamento constante do sistema de operação, logística e gestão da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários, incluindo, atividades de apoio e orientação aos participantes do referido sistema.

Sendo uma receita do negócio recicladora, a administração do Instituto reconheceu como contribuição extraordinária o valor recebido da Campo Limpo S.A., no valor de R\$ 2.722 (2017 - R\$ 3.062).

21. Arrendamento mercantil operacional

Refere-se ao contrato de locação do imóvel e equipamentos industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramentas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que estão instalados e em funcionamento para a companhia Campo Limpo S.A. O valor do aluguel de R\$ 7.688, sendo R\$ 7.515 da "Campo Limpo S.A" e R\$ 173 da Campo Limpo Tampas (2017 - R\$ 6.623 e R\$ 157, respectivamente) corresponde a 10% do faturamento líquido mensal apurado pela locatária, deduzidos os gastos com manutenção de ativos, sendo o valor mínimo de R\$ 50 mensais.

O contrato de arrendamento mercantil operacional contempla, também, uma cesta de serviços que o Instituto presta a Campo Limpo S.A. relacionados, principalmente, com tecnologia da informação, suprimentos, acompanhamento tributário e comunicação.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis de aluguel da fábrica Campo Limpo S.A., construída em Taubaté, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir:

	2018	2017
Até um ano	7.076	8.604
Mais de um ano até cinco anos	69.855	68.617
Mais de cinco anos	26.636	38.836
	103.567	116.057

Os pagamentos mínimos futuros para período superior a cinco anos, contempla recebimento de arrendamento considerando dez anos, período de vigência do contrato,

e sua renovação por mais dez anos, após concordância de ambas as partes, em um total de vinte anos.

Conforme estabelece a cláusula 2.1.1. do contrato, o período de renovação ocorrerá automaticamente, por igual período e nas mesmas condições, caso não seja denunciado, por qualquer das partes, por escrito, no prazo de 210 (duzentos e dez dias) dias anteriores ao término previsto para a locação (2 de maio de 2018), ou seja, 10 anos. Considerando que não houve manifestação por quaisquer uma das partes antes do prazo de 210 dias, o contrato de locação encontra-se renovado em 31 de dezembro de 2017, assim como o comprometimento do Instituto com pagamentos futuros.

Conforme descrito na Nota 1.4, em 2016 foi aprovado plano de expansão das atividades da Campo Limpo S.A. no montante aproximado de R\$ 41.200 a ser realizado pelo Instituto, cujo objetivo será o incremento da receita de arrendamento recebido pelo Instituto.

Em 2018 ocorreu a renovação do acordo de acionistas pelo mesmo período inicialmente acordado, ou seja, 10 anos.

22. Despesas gerais e administrativas

A administração das despesas administrativas e gerais do Instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

	2018	2017
Despesas com infraestrutura	(37.164)	(32.803)
Processo de suporte	(6.158)	(5.858)
Processo básico	(84.874)	(84.956)
	(128.196)	(123.617)

Nas datas das demonstrações financeiras, o Instituto apresentava os seguintes saldos relacionados a despesas administrativas e gerais:

	2018	2017
Despesas com infraestrutura		
Ocupação	(523)	(701)
Gastos com pessoal acrescido dos encargos sociais	(19.455)	(18.056)
Trabalhos voluntários (Conselhos Diretor e Fiscal)	(611)	(601)
Gastos gerais (i)	(11.725)	(9.600)
Serviços de terceiros (ii)	(2.591)	(1.630)
Tecnologia da informação	(1.689)	(1.504)
Institucional	(570)	(711)
	(37.164)	(32.803)
Processo de suporte		
Jurídico (iii)	(1.030)	(906)
Comunicação, educação e campanhas (iv)	(4.566)	(4.434)
Desenvolvimento tecnológico	(191)	(267)
Projetos (v)	(371)	(251)
	(6.158)	(5.858)
Processo básico		
Operações (vi)	(53.481)	(51.530)
Logística (vii)	(24.028)	(23.522)
Destinação final (viii)	(7.365)	(9.904)
	(84.874)	(84.956)

(i) Refere-se principalmente a despesas de depreciação e amortização, no valor total de R\$ 7.563 (2017 - R\$7.262), e despesas com manutenção de imobilizado arrendado para a Campo Limpo S.A. no valor de R\$ 1.114 (2017 - R\$1.058).

(ii) Refere-se, principalmente, a despesas com as seguintes assessorias:

- Tributárias e fiscais - R\$ 119 (2017 - R\$ 241).
- Recursos humanos - R\$ 118 (2017 - R\$ 107).
- Auditorias interna e externa - R\$ 448 (2017 - R\$ 363).
- Administrativa - R\$ 1.705, projetos suprimentos e gestão de resíduos sólidos – GRI (2017 - R\$ 221).

(iii) Refere-se a suporte de assessores jurídicos externos no acompanhamento de processos em andamento, no valor de R\$ 806 (2017 - R\$ 866).

(iv) Refere-se a gastos com eventos para comunicação, divulgação e treinamentos. O saldo está composto principalmente por:

- Gastos com campanha - R\$593 (2017 - R\$547).
- Dia Nacional Campo Limpo - R\$1.635 (2017 - R\$1.677).
- Material de comunicação e institucional - R\$636 (2017 - R\$578).
- Campanha regional tríplice lavagem - R\$177 (2017 - R\$154).
- Serviços de terceiros e comunicação - R\$842 (2017 - R\$523).
- Eventos institucionais - R\$367 (2017 - R\$349).

(v) Trata-se de uma atividade do Instituto direcionada a gerir projetos pré-aprovados pelo Conselho Diretor, principalmente, o da retirada de produtos obsoletos e impróprios no valor de R\$369 (2017 - R250).

(vi) Refere-se, principalmente, a custos incorridos pelas unidades de recebimento de embalagens vazias e reembolsados pelo Instituto para a ampliação, reformas e manutenção de centrais e postos, no valor de R\$51.658 (2017 - R\$49.192) e construção de centrais e postos, no valor de R\$993 (2017 - R\$2.251).

(vii) Refere-se substancialmente a despesas incorridas com fretes para transporte de embalagens vazias, lavadas para reciclagem, no valor de R\$19.825 (2017 - R\$18.493) e não lavadas para incineração no valor de R\$1.200 (2017 - R\$1.825).

(viii) Refere-se a despesas com incineração de embalagens não lavadas no valor de R\$ 6.999 (2017 - R\$ 9.081).

23. Resultado financeiro

	2018	2017
Receita de aplicação financeira	2.085	2.668
Outras receitas financeiras	302	100
	2.387	2.768
IRRF sobre aplicação financeira	(414)	(489)
COFINS sobre aplicação financeira	(84)	(141)
Outras despesas financeiras	(189)	(186)
	(687)	(816)
	1.700	1.952

24. Remuneração dos administradores

O corpo diretivo do Instituto inclui, além do presidente, sete gerentes executivos. A remuneração paga ou a pagar por serviços destes funcionários está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Salários, férias e 13º salário	(3.614)	(3.661)
Encargos	(1.327)	(1.275)
Outras remunerações (*)	(2.497)	(1.941)
	(7.438)	(6.877)

(*) Outras remunerações incluem valores relacionados com bônus anual, previdência privada de contribuição definida, assistência médica e seguro de vida em grupo.

25. Compromissos firmados

Durante o exercício de 2018, o Instituto firmou contratos com terceiros para manutenção e implementação de melhorias em suas unidades de gestão de negócio que, embora aprovadas no orçamento de 2018, serão executadas no exercício de 2019. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os compromissos firmados com terceiros estão distribuídos conforme segue:

	2018	2017
Processo com infraestrutura (i)	(588)	(791)
Processo de suporte (ii)	(239)	(299)
Processo básico (iii)	(1.586)	(3.180)
	(2.413)	(4.270)

- (i) Representado por despesas previstas com informática e administrativo, nos valores de R\$ 153 e de R\$ 435, respectivamente.
- (ii) Representado, por projeto de comunicação e projetos de obsolescência no valor de R\$ 239.
- (iii) Representado por melhorias de equipamentos, reforma das centrais e contratos de incineração, nos valores de R\$ 266, R\$ 1.153 e R\$ 168, respectivamente.

26. Seguros

O Instituto busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2018, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Local	Importâncias seguradas
InpEV - escritório	
Incêndio de bens do imobilizado	5.000
InpEV - 111 centrais	
Responsabilidade civil	12.000

27. Normas novas que ainda não estão em vigor

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1o de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Administração do Instituto não prevê impactos significativos decorrentes da adoção do IFRS 16. Em 31 de dezembro de 2018, o inpEV possui dois contratos de

arrendamento operacional referentes ao aluguel de dois andares, onde está situada a sede administrativa do Instituto. O prazo de arrendamento bem como o valor dos contratos está apresentados a seguir:

- i) 18º andar – Conjuntos 181 a 184 (4 conjuntos)
Valor do aluguel: R\$ 25 mil/mês corrigidos anualmente pelo IGPM
Vigência 01/12/2016 a 30/11/2021 – 60 meses
Valor : R\$ 1.530.
- ii) 13º andar – Conjuntos 131 e 134 (2 conjuntos)
Valor do aluguel: R\$ 14 mil/mês corrigidos anualmente pelo IGPM
Vigência 01/11/2018 a 31/12/2028 – 120 meses
Valor : R\$ 1.680.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do inpEV.

João Cesar Meneghel Rando
Diretor Presidente - inpEV

Regina Marta de Santana Sousa
Contadora inpEV CRC 1SP177254/O-6

Créditos

(GRI 102-3, GRI 102-53)

Realização

InpEV

Coordenação

Presidência e Sustentabilidade (inpEV)

Conteúdo técnico GRI, redação e diagramação

Visão Sustentável

Projeto gráfico

Juliana Fioroto

Fotos

Acervo inpEV

Esta publicação é de responsabilidade do inpEV

Endereço da sede: Avenida Roque Petroni
Júnior, 850 - 18º andar - Torre Jacerú, São
Paulo (SP)

Em caso de dúvidas, comentários, críticas ou
sugestões, contate o canal Fale Conosco pelo
e-mail faleconosco@inpev.org.br ou pelo *site*
do inpEV, <http://inpev.org.br/fale-conosco/>



inpev.org.br

